

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MARIA DO SOCORRO BRAGA DE ANDRADE

DISTORÇÃO IDADE-ANO: CAMINHOS PARA MINIMIZÁ-LA NA ESCOLA
CARMEN MIRANDA – TABATINGA/AM

JUIZ DE FORA

2016

MARIA DO SOCORRO BRAGA DE ANDRADE

DISTORÇÃO IDADE-ANO: CAMINHOS PARA MINIMIZÁ-LA NA ESCOLA
CARMEN MIRANDA – TABATINGA/AM

Dissertação apresentada como requisito parcial para a defesa do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone

JUIZ DE FORA

2016

MARIA DO SOCORRO BRAGA DE ANDRADE

DISTORÇÃO IDADE-ANO: CAMINHOS PARA MINIMIZÁ-LA NA ESCOLA
CARMEN MIRANDA – TABATINGA/AM

Dissertação apresentada como requisito parcial para a defesa do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em: 16 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone - UFJF

Alexandre Chibebe Nicolella - UFJF

Michelle Gonçalves Rodrigues - UEMG

À minha mãe, por ser tão compreensiva,
sempre!

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque sem Ele nada disso seria possível, pois nos momentos de maiores dificuldades foi Ele quem me iluminou e mostrou qual direção seguir. Obrigada, Deus!

À minha filha Mariana, que sentiu muito a minha ausência durante todo o tempo do mestrado e ainda assim me apoiou e incentivou. Obrigada, filha!

À minha família, por me apoiar o tempo todo, ajudando a alcançar os meus sonhos e objetivos. Em especial à minha mãe, pois mesmo sem entender o que esse sonho significa para mim, nas horas de extremo cansaço, me pedia pra descansar e parar (eu não podia obedecê-la).

Aos meus amigos mestrados do Amazonas pela compreensão, conhecimento compartilhado e incentivo. Obrigada, amigos!

Aos meus amigos pessoais por compreender minha ausência nas rodas de conversa semanais.

Aos amigos da escola por assumirem as responsabilidades nas minhas ausências.

Ao Prof. Dr. Eduardo Magrone, orientador, pelas orientações na banca de qualificação.

Aos meus ASAS Vitor Fonseca e Amanda Quiossa, pelo conhecimento, atenção, paciência e disponibilidade que sempre dispensaram a mim na trajetória da escrita do texto. Minha sincera gratidão!

Enfim, a todos que de alguma forma apoiaram a realização deste trabalho.

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.(Carl Jung).

RESUMO

O presente trabalho analisa o problema da distorção idade-ano na Escola Carmen Miranda, localizada na cidade de Tabatinga/AM, especificamente nas turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, no qual foi constatado que, em 2013, 21% dos alunos matriculados na instituição estavam com defasagem idade-ano, situação que se repete nos anos posteriores. Portanto, viu-se a necessidade de realizar pesquisas para que pudessem identificar as causas da distorção que impedem os alunos de avançarem em seus estudos. Em vista disso, a questão que balizou esta pesquisa é: que ações a gestão da Escola Carmen Miranda está desenvolvendo para minimizar o problema da distorção idade-ano na escola? Assim sendo, este estudo tem como objetivo geral identificar e analisar o problema da distorção idade-ano para, posteriormente, propor um plano de intervenção de forma que a gestão da escola possa desenvolver ações para minimizar o problema em suas turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Os objetivos específicos foram: i) descrever os problemas que impedem o avanço dos alunos em seus estudos; ii) analisar as causas da distorção idade/ano na Escola Carmen Miranda, e iii) propor um plano de intervenção com ações que garantam a correção de fluxo. O estudo desenvolvido é de abordagem qualitativa. Foram aplicados questionários para os alunos e para os pais, além disso, foram feitas entrevistas com os professores e com o Apoio Pedagógico da escola e também realizada uma pesquisa documental. Em termos teóricos, essa Dissertação se pautou nas reflexões de autores como Prado (2000) e Brandão (2000). Também foram importantes as ponderações de Tarocco Filho et al (2013), assim como as de Nunes et al (2014), que abordam temas sobre a distorção idade-ano e a correção de fluxo escolar. Ainda úteis foram as pesquisas de Carvalho (2001), acerca das estatísticas de desempenho escolar, e de Gomes (2005) sobre Desseriação Escolar.

Palavras-chave: Fluxo escolar. Distorção idade-ano. Amazonas.

ABSTRACT

The present study analyzes the problem of age-year distortion in the Carmem Miranda State School, located in the city of Tabatinga / AM, specifically in the classes of the Final Years of Elementary Education, in which 21% of students enrolled in the Institutions were with age-year lags, a situation that is repeated in later years. Therefore, there was a need to conduct research so that they could identify the causes of distortion that prevents students from advancing in their studies. In view of this, the question that led to this research is: what actions is the management of the state school Carmem Miranda developing to minimize the problem of age-year distortion in school? Thus, this study aims to identify and analyze the problem of age-year distortion and then propose an intervention plan so that school management can take action to minimize the problem in its classes of the Final Years of Teaching Fundamental. The specific objectives were: i) to describe the problems that impede students' progress in their studies; ii) analyze the causes of age / year distortion in the Carmem Miranda State School; and iii) propose an intervention plan that proposes actions to correct the flow. This study used the qualitative methodology. Questionnaires were applied to students and parents. Interviews were conducted with the teachers and with the Pedagogical Support of the school. Documentary research was also conducted. In theoretical terms, this dissertation was based on the reflections of authors such as Prado (2000) and Brandão (2000). Also important were the weights of Tarocco Filho et al (2013), as well as those of Nunes *et al* (2014), which deal with issues of age-year distortion and correction of school flow. Still useful were Carvalho (2001) surveys on school performance statistics, and Gomes (2005) on School Desertion.

Key words: School flow. Age-year distortion. Amazonas

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMPMT	Ensino Médio Presencial por Mediação Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAE	Plano de Ação Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIBID	Programa Instituição de Bolsas de Iniciação a Docência
PPGP	Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSS	Processo Seletivo Simplificado
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino
SIGEAM	Sistema de Informação e Gestão Educacional do Amazonas
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Construção do Projeto Político Pedagógico	66
Quadro 2 - Formação para apoios pedagógicos.....	69
Quadro 3 – Proposta de Implementação do Projeto Aluno Nota Azul.....	72
Quadro 4 – Implementação do Projeto Reforço Escolar e Diagnóstico dos alunos a serem encaminhados ao Projeto	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nível de aprendizagem dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental nas escolas da rede estadual de Tabatinga e no Amazonas - Prova Brasil/2011 e 2013	18
Tabela 2 - Nível de aprendizagem dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental nas escolas da rede estadual do Amazonas, de Tabatinga e na Escola Carmen Miranda – Prova Brasil (2011 e 2013).....	19
Tabela 3 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Iniciais nas Escolas Estaduais de Tabatinga (2010 a 2014)	21
Tabela 4 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais das Escolas Estaduais de Tabatinga (2010 a 2014)	22
Tabela 5 - Taxa de Rendimento Escolar dos Alunos dos Anos Finais da Escola Estadual Duque de Caxias (2010 a 2014)	23
Tabela 6 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar (2010 a 2014)	23
Tabela 7 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais da Escola Estadual Marechal Rondon (2010 a 2014).....	24
Tabela 8 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais da Escola Estadual Pedro Teixeira (2010 a 2014)	25
Tabela 9 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Carmen Miranda (2010 a 2014).....	25
Tabela 10 - Distorção idade-ano no ensino básico nas Escolas Estaduais de Tabatinga/zona urbana (2010 a 2014).....	28
Tabela 11 - Tempo de serviço dos professores efetivos lotados em salas de aula na Escola Carmen Miranda.....	30
Tabela 12 - Distorção idade-ano nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Escola Carmen Miranda (2010 a 2014).....	34
Tabela 13 - Índice de Reprovação e Abandono nos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Escolas Estaduais do Amazonas, de Tabatinga e na Escola Carmen Miranda (2010 a 2014).....	36
Tabela 14 - Nível de escolaridade dos responsáveis pelos alunos	51
Tabela 15 - Causas da repetência apontada pelos pais	51
Tabela 16 - Causas de repetência apontadas pelos alunos.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO AMAZONAS E EM TABATINGA	16
1.1 NÍVEIS DE APRENDIZADO DOS ALUNOS DO 5º E 9º ANOS NO ESTADO DO AMAZONAS E NO MUNICÍPIO DE TABATINGA.....	16
1.2 O RENDIMENTO ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE TABATINGA ...	20
1.3 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA CARMEN MIRANDA	28
1.4 DISTORÇÃO IDADE-ANO NA ESCOLA CARMEN MIRANDA	33
2 A PESQUISA DE CAMPO E VISÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS COM O CASO DE GESTÃO	38
2.1 METODOLOGIA.....	38
2.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS NA PESQUISA DE CAMPO... ..	40
2.3 REALIDADE DA ESCOLA ESTADUAL CARMEN MIRANDA: VISÃO DE SEUS ATORES.....	43
2.3.1 Rendimento Escolar e suas implicações na distorção idade-ano.....	43
2.3.2 Distorção idade-ano: conceito e principais causas.....	48
2.3.3 Ações e Políticas voltadas para a redução da distorção idade-ano	56
3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: POSSIBILIDADES PARA MINIMIZAR O PROBLEMA DA DISTORÇÃO IDADE-ANO NA ESCOLA CARMEN MIRANDA.....	62
3.1 PRIMEIRA AÇÃO: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS	63
3.2 SEGUNDA AÇÃO: IMPORTÂNCIA DE UMA EQUIPE PEDAGÓGICA CAPACITADA NA CONDUÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	67
3.3 TERCEIRA AÇÃO: PROJETO ALUNO NOTA AZUL: POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	70
3.4 QUARTA AÇÃO: PROJETO REFORÇO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DE MINIMIZAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista para os professores.....	82
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista para os pedagogos / coordenadores pedagógicos.....	84
APÊNDICE C - Questionário para os alunos	86
APÊNDICE D - Questionário para os pais.....	88

INTRODUÇÃO

Entre os problemas que afetam a educação de nosso país e que se configura como um grande desafio para as escolas públicas está a distorção idade-ano. Mesmo havendo em algumas instituições de ensino projetos e outras ações com o intuito de reduzi-la, o elevado índice de reprovação e evasão tem como uma das causas a existência de um grande percentual de alunos atuando em determinado ano de ensino fora da sua faixa etária. Esta dissertação analisa o problema da distorção idade-ano nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Escola Carmen Miranda, localizada na zona urbana da cidade de Tabatinga, situada na região Oeste do Estado do Amazonas, a 1.105 km de Manaus/AM. Para entender o problema dessa pesquisa é necessário que se compreenda o termo distorção idade-ano, visto que toda análise será realizada em torno dessa problemática. Segundo Saraiva, a distorção escolar, ou distorção idade-ano, é tida como a condição em que se encontra o aluno que cursa uma etapa de ensino com idade superior a que é recomendada ou prevista. A distorção é calculada em anos, e é caracterizada quando a diferença é de dois anos ou mais (SARAIVA, 2010).

A distorção idade-ano nas escolas públicas é um problema que existe há décadas na educação brasileira. Em todo o país, na zona urbana, a distorção atingiu, em 2013, uma taxa de 26% dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Todavia, em algumas regiões, o percentual foi maior. No Amazonas, por exemplo, o índice, no mesmo período, ficou em torno de 36% (MERITT e LEMANN, 2015).

Em Tabatinga, constatou-se a existência de um significativo número de alunos com distorção idade-ano em todos os níveis da educação básica nas escolas estaduais. Em 2013, no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, 12% dos alunos se encontravam em distorção, do 6º ao 9º ano eram 36% e, no Ensino Médio, 62% (MERITT e LEMANN, 2015). Neste município existem seis escolas estaduais, cinco localizadas na zona urbana e uma na zona rural.

Dentre as escolas estaduais pesquisadas neste município, e de acordo com dados mais recentes disponíveis para consulta, em 2013, a Escola Carmen Miranda, foco deste trabalho, e a Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar foram as que apresentaram os maiores percentuais de distorção escolar. Em todos os níveis de ensino, ambas tiveram 21% de alunos em situação de defasagem idade-ano. Ressalta-se, portanto, que essa distorção vem ocorrendo na primeira escola desde a sua criação em 2010, quando a Escola Carmem Miranda foi inaugurada, visto que foram matriculados alunos com distorção idade-ano provenientes de outras instituições. Ressalta-se que, a cada novo ano letivo, mais alunos em situação de distorção foram sendo matriculados. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2014, 184 alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental da escola estavam em distorção idade-ano, sendo que o total de matriculados nessa fase era de 382, ou seja, 48,2% dos alunos encontrava-se com atraso escolar (BRASIL, 2014b). Os dados de 2015 sobre distorção idade-ano ainda não foram disponibilizados pelo INEP. No entanto, conforme o Sistema de Informação e Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM), em 2015, o quantitativo de alunos com distorção foi de 174 alunos em um total de 389 matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Esse dado indica que 44,7% dos alunos estão em distorção. Percebe-se que, de um ano para o outro, os números não diminuíram significativamente.

Mediante estes dados, houve a necessidade de realizar uma pesquisa para analisar as causas da distorção idade-ano na escola, até mesmo para subsidiar a gestão escolar no desenvolvimento de mais ações no sentido de minimizar ou solucionar o problema, pois o que a equipe pedagógica da escola desenvolve atualmente é o monitoramento, junto aos professores, no que diz respeito ao cumprimento das recuperações paralelas, caso o aluno não atinja nota satisfatória nas avaliações e atividades bimestrais. Em vista disso, a questão que balizou esta pesquisa é: que ações a gestão da Escola Carmen Miranda está desenvolvendo para minimizar o problema da distorção idade-ano na escola?

A partir da pergunta norteadora deste estudo de caso estabelecemos como objetivo geral a identificação e análise do problema da distorção idade-ano nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com vista à proposição de um plano de intervenção para reduzir o problema de distorção na Escola Carmen Miranda. Já os objetivos específicos são: i) descrever os problemas que impedem os alunos de avançar em seus estudos; ii) analisar as causas da distorção idade/ano na Escola Carmen Miranda mediante dados obtidos na pesquisa de campo, e iii) propor um plano de intervenção com ações de correção de fluxo.

A experiência de sete anos como professora de História e de Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar (2002 a 2008) me possibilitou perceber duas situações. A primeira é que, nas turmas com distorção, os alunos apresentavam desinteresse pelas aulas e desmotivação em realizar as atividades propostas. A segunda situação é que os pais participavam pouco da vida escolar dos filhos, o que me preocupava bastante, pois não sabia como lidar com tal situação. Em 2010, assumi a gestão da Escola Carmen Miranda, e me deparei com o problema da distorção idade-ano, novamente. Dentre as dificuldades existentes na escola a distorção é um problema que merece maior atenção, uma vez que o problema persiste (AMAZONAS, 2016).

Para analisar o caso apresentado, este estudo se pautou numa metodologia qualitativa e quantitativa. A metodologia qualitativa é uma abordagem detalhada do contexto pesquisado, e que enfatiza as interações entre os sujeitos. Já a metodologia quantitativa elenca dados coletados dos questionários aplicados aos atores envolvidos na pesquisa de campo. Os eixos de análise utilizados para a realização da pesquisa foram: o “rendimento escolar”; a “distorção idade-ano”; as “ações e políticas de correção de distorção”. As análises pautadas nesses eixos foram importantes, pois estão intrinsicamente interligados, e apontam dados positivos ou negativos no que concerne à realidade da escola.

Como instrumento de pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com 6 professores que lecionam para alunos com distorção idade-ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental, além do Apoio Pedagógico da escola e a Coordenadora Pedagógica do Programa Mais Educação da mesma instituição. Os alunos com defasagem também foram ouvidos pela pesquisa. No total, 59 discentes participaram do questionário. Em relação à família, 15 pais colaboraram com as suas respostas.

Para os professores foram feitos questionamentos sobre as dificuldades em trabalhar com discentes em distorção, e se já executaram ações para minimizar as dificuldades. Também foi feito questionamento sobre o que causa a distorção. Para os alunos foram feitos questionamentos sobre quais as maiores dificuldades que eles enfrentam para a aquisição de novos conhecimentos, se gostam de estudar, qual o motivo da repetência, entre outros. Ao apoio pedagógico e a Coordenadora do Programa Mais Educação as perguntas tematizavam sobre o rendimento escolar, a distorção, as ações de políticas de correção de fluxo e a gestão pedagógica do tempo e do espaço escolar. As respostas das perguntas ajudaram a compreender qual é a relação que os alunos têm com a escola, com os professores, com a gestão, com os colegas e quais suas necessidades educacionais. Além disso, as respostas de todos os questionados permitiram analisar as causas do problema, e, conseqüentemente, contribuíram para a construção do plano de intervenção apresentado no final deste estudo.

Para esta dissertação também foi realizada pesquisa documental. Foram consultados os arquivos da secretaria da escola, que contêm as pastas e fichas de matrículas e outros documentos do período de 2013 a 2015. Esses permitiram analisar a trajetória dos discentes. Estes documentos também contribuíram para a aquisição de informações sobre os fatores associados ao baixo desempenho dos estudantes, e que os coloca em situação de defasagem escolar.

Em termos teóricos esse estudo de caso se pautou nas reflexões de autores como Prado (2000), que analisa as políticas brasileiras de correção de fluxo escolar, Brandão (2000), que

aborda o fluxo escolar e os efeitos agregados pelas escolas. Também foram importantes as ponderações de Tarocco Filho *et al* (2013) sobre a análise espacial da distorção idade-ano na Bahia, assim como as de Nunes *et al* (2014), que trata da reprovação e expectativa de futuro de jovens paraenses. Ainda foram úteis as pesquisas de Carvalho (2001) acerca das estatísticas de desempenho escolar, e de Gomes (2005), sobre Desseriação Escolar. Além desses, outros teóricos também foram utilizados na análise dos dados da pesquisa. Esse conjunto teórico contribuiu para a reflexão das causas da distorção idade-ano, e para a definição da proposta de intervenção para o caso analisado.

Esta dissertação é composta por três capítulos. No primeiro capítulo são apresentados dados relativos ao problema da distorção idade-ano na Rede Estadual do Amazonas e em Tabatinga, bem como a contextualização do problema na Escola Carmen Miranda. No segundo capítulo é apresentada a metodologia utilizada para a obtenção dos dados, o referencial teórico que fundamenta as análises, bem como a reflexão sobre as informações obtidas no processo de pesquisa de campo. No terceiro e último capítulo o foco é a apresentação de um plano de ação com propostas para corrigir o problema da distorção idade-ano na escola em estudo.

1 UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO AMAZONAS E EM TABATINGA

Este capítulo apresenta o problema da distorção idade-ano no Estado do Amazonas, mais especificamente na Escola Carmen Miranda, localizada no município de Tabatinga. Na instituição estudada foi detectado um expressivo número de alunos com distorção idade-ano, problema existente desde 2010, quando a escola foi inaugurada. Desde a época da inauguração, houve um decréscimo no percentual de discentes com defasagem, mas o problema ainda é significativo. Diante de tal situação, a pergunta norteadora desse caso de gestão é: que ações a gestão da Escola Carmen Miranda pode desenvolver para minimizar o problema da distorção idade-ano?

Para analisar o problema da distorção idade-ano na referida escola serão apresentados os dados referentes ao nível de aprendizagem dos alunos do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental, a taxa de rendimento e a taxa de distorção idade-ano. Além disso, será apresentado o tempo de serviço dos professores, na escola nos últimos três anos, com o objetivo de apontar um dos problemas da instituição, a rotatividade dos professores na escola. Os dados das demais escolas estaduais de Tabatinga, referentes ao período de 2010 a 2014, também serão apresentados em uma perspectiva comparativa, assim como os índices de reprovação dos Anos Finais dos alunos do Amazonas, do Município e da escola em estudo.

A apresentação de todas essas informações permite a compreensão do desempenho escolar dos alunos, bem como ajudam a compreender as causas do problema. Nesse sentido, na primeira seção do capítulo, apresentaremos o nível de aprendizado dos alunos no Amazonas, e nas escolas estaduais de Tabatinga. Na segunda, será apresentado o rendimento escolar das instituições do município e a distorção idade-ano no Amazonas e em Tabatinga. Na terceira seção apresentamos a escola, e, na quarta, os dados sobre a distorção idade-ano na Escola Carmen Miranda.

1.1 NÍVEIS DE APRENDIZADO DOS ALUNOS DO 5º E 9º ANOS NO ESTADO DO AMAZONAS E NO MUNICÍPIO DE TABATINGA

A Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC/AM) mantém sob seu controle e administração um quantitativo de 660 escolas em todo o Estado. Essas atendem a 242.460 alunos do Ensino Fundamental e a 175.546 do Ensino Médio (MERITT e LEMANN, 2015).

Em Tabatinga, há uma Coordenadoria Regional, subordinada à SEDUC, que coordena as escolas estaduais no Município, e que tem sob sua jurisdição 5 instituições na área urbana. Essas atendem 1.362 alunos nos Anos Iniciais, 1.998 nos Anos Finais, 2.073 no Ensino Médio e 562 na Educação de Jovens e Adultos (EJA), num total de 5.995 alunos. Na área rural há duas escolas que possuem 328 alunos nos Anos Iniciais, 417 nos Anos Finais, 761 no Ensino Médio, totalizando 1.506 alunos (MERITT e LEMANN, 2015).

A Escola Carmen Miranda possui uma estrutura física adequada para que os professores possam desempenhar as suas atividades, pois conta com 12 salas de aula climatizadas com estrutura para atender a 40 discentes, biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, refeitório, quadra poliesportiva, áreas externas, pátios e outras dependências. No entanto, a instituição apresenta problemas como: necessidade de reforma e pequenos reparos, a falta de manutenção de equipamentos como ar condicionado e bebedouro, insuficiência de funcionários (merendeiro, auxiliar de serviços gerais e bibliotecários) e a rotatividade de professores a cada ano letivo.

Esses problemas geram outros que, de alguma forma, implicam na aprendizagem dos alunos. Um exemplo são os resultados mais recentes da Prova Brasil de 2011 e de 2013, em que foi possível observar que o nível de aprendizagem dos alunos do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental nas escolas da Rede Estadual de Tabatinga está abaixo do esperado. O resultado indica que, em 2011, 24% foi a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de texto. Em 2013, 27% foi a proporção de alunos que aprenderam o adequado na mesma competência até o 5º ano. Dos 431 alunos que realizaram a prova, 117 demonstrou desempenho adequado, o que corresponde a 27% do total (MERITT e LEMANN, 2015).

Em 2011, em Matemática o índice foi inferior, 16% foi a proporção de alunos com desempenho adequado na competência de resolução de problemas até o 5º ano na Rede Estadual de Ensino em Tabatinga. Em 2013, o índice foi de 22% na mesma competência na Rede Estadual de Ensino em Tabatinga. Dos 431 alunos que realizaram a prova, 93 demonstraram desempenho adequado, conforme dados dispostos na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Nível de aprendizagem dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental nas escolas da rede estadual de Tabatinga e no Amazonas - Prova Brasil/2011 e 2013

Local	Alunos que participaram da Prova Brasil		% Aprendizado adequado em leitura e interpretação de texto		% Aprendizado adequado em Matemática	
	2011*	2013	2011	2013	2011	2013
Amazonas	-	23.428	33	40	28	33
Tabatinga	-	431	24	27	16	22

*A quantidade de alunos participantes na prova Brasil em 2011 não está disponível no site, por isso não foi inserido na tabela.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2013).

Comparado ao Amazonas, em 2011, o desempenho dos alunos em Tabatinga esteve muito baixo (24%), uma vez que 33% foi a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos; e, em 2013, 40% foi a proporção de alunos amazonenses que aprenderam o adequado na mesma competência até o 5º ano na Rede Estadual de Ensino, ante 27% obtido pelos discentes de Tabatinga. Sendo assim, dos 23.428 alunos que realizaram a prova no Amazonas, 9.453 demonstraram o aprendizado adequado em 2013, e em Tabatinga, dos 431 alunos que realizaram a prova, 117 apresentaram aprendizado adequado (MERITT e LEMANN, 2015).

Em comparação com o resultado das escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas, em 2011, 28% foi a proporção de alunos com desempenho adequado na competência de resolução de problemas, e, em 2013, 33% foi a proporção de alunos com desempenho adequado na mesma competência até o 5º ano na Rede Estadual de Ensino. Visto que dos 23.428 alunos que realizaram a prova, 7.586 demonstraram desempenho adequado em 2013, e, em Tabatinga, dos 431 alunos que realizaram a prova, 93 apresentaram aprendizado adequado. Isso evidencia que a situação está inferior em Matemática em todo o Estado. No entanto, o índice de aprendizagem adequado cresceu no Amazonas e em Tabatinga, tanto na competência de leitura e interpretação de texto quanto em Matemática, mas, esses índices precisam melhorar.

Os resultados dos alunos do 9º ano são inferiores aos do 5º ano. Em 2011, 11% foi a proporção de alunos que apresentaram aprendizado adequado na competência de leitura e interpretação de textos no 9º ano. 17% foi a proporção de alunos com desempenho adequado na mesma competência no 9º ano na Rede Estadual de Ensino das escolas de Tabatinga em 2013. Dos 817 alunos que realizaram a prova, 141 demonstraram desempenho adequado.

Comparando com toda a Rede Estadual de Ensino, a proporção de alunos que aprenderam o adequado em leitura e interpretação de texto, em 2011, foi de 18%, e, em 2013, 22% foi a proporção de alunos que aprenderam o adequado na mesma competência até o 9º ano. Dos 42.178 alunos que realizaram a prova, 8.911 demonstraram estar no nível adequado. Para melhor analisar essas informações, elas foram organizadas na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Nível de aprendizagem dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental nas escolas da rede estadual do Amazonas, de Tabatinga e na Escola Carmen Miranda – Prova Brasil (2011 e 2013)

Local	Alunos que participaram		Aprendizado adequado em leitura e interpretação de texto/ %		Aprendizado adequado em matemática /%	
	2011*	2013	2011	2013	2011	2013
Amazonas	-	42.178	18	22	8	9
Tabatinga	-	817	11	17	4	7
E. E. Carmem Miranda		137	8	14	0	2

*A quantidade de alunos participantes na prova Brasil em 2011 não está disponível no site, por isso não foi inserido na tabela.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2013).

Em Matemática, o índice de aprendizagem adequada subiu, visto que, em 2011, a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano na Rede Estadual de Ensino em Tabatinga foi de 4%, e, em 2013, foi de 7%. Dos 817 alunos que realizaram a prova em 2013, 55 demonstraram estar no nível adequado.

Comparando com o resultado do Estado do Amazonas, em 2011, foi de 8%, e, em 2013, 9% foi a proporção de alunos que tiveram desempenho adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano na Rede Estadual de Ensino. Dos 42.178 alunos que realizaram a prova em 2013, 3.763 demonstraram o aprendizado adequado. Esse resultado mostra que o número de alunos que apresentaram aprendizado adequado nessa competência é baixo, e que houve apenas 1% de aumento de 2011 para 2013.

Na Escola Carmen Miranda, 8% foi o nível de alunos que apresentaram aprendizado adequado na competência de leitura e interpretação de texto em 2011. Em 2013, esse nível subiu para 14% na mesma competência. Já em Matemática, os alunos apresentaram aprendizado baixo, em 2011 nenhum aluno apresentou aprendizado adequado, e, em 2013, somente 2% dos 137 alunos que participaram da Prova Brasil tiveram desempenho adequado.

O índice de aprendizado adequado dos alunos da Escola Estadual Carmem Miranda foi inferior ao das escolas de Tabatinga e do Amazonas, tanto na competência de leitura e interpretação de texto quanto em Matemática. Para melhorar o desempenho dos alunos da escola é necessário que novas ações pedagógicas sejam desenvolvidas, de modo que os alunos melhorem o aprendizado nas duas competências e o índice de alunos com aprendizado adequado aumente nos próximos anos, visto que o baixo desempenho educacional leva à distorção idade-ano, que é um dos problemas enfrentados pela escola. É importante destacar que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, em 2013, foi de 3,7, portanto, ultrapassou a meta, que era 3,5, e cresceu em relação a 2011, que foi de 3,3 (MERITT e LEMANN, 2015). Em 2015, a meta também foi ultrapassada, era 3,8 e foi para 3,9 (MERITT e LEMANN, 2016).

Com relação à taxa de rendimento escolar dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental do ano de 2014, 90,2% de alunos foram aprovados, 4,7% reprovados e 5,1% abandonaram a escola, em um total de 506 alunos (MERITT e LEMANN, 2015).

1.2 O RENDIMENTO ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE TABATINGA

Para compreender o nível de desempenho dos alunos é importante conhecer os dados educacionais da escola e analisá-los, o que nos permite compreender o problema. Nesse sentido, apresentaremos o rendimento escolar das escolas estaduais de Tabatinga, visto que o rendimento mostra os índices da reprovação, do abandono e da aprovação das escolas, e ajuda a fazer o comparativo se os índices aumentaram ou diminuíram a cada ano. Além disso, os dados de rendimento escolar são importantes para a análise das causas da distorção idade-ano, conforme se observa na Tabela 3, a seguir, que mostra a Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Iniciais nas Escolas Estaduais de Tabatinga no período de 2010 a 2014.

Tabela 3 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Iniciais nas Escolas Estaduais de Tabatinga (2010 a 2014)

Ano escolar	Total de alunos	% Aprovados	% Reprovados	% Abandono
2010	1.518	89,5	7,6	2,9
2011	1.231	90,2	7,9	1,9
2012	1.286	92,9	6,0	1,0
2013	1.358	92,3	6,6	1,2
2014	1.341	92,5	7,1	0,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2014b).

De acordo com os dados do rendimento escolar dos alunos dos Anos Iniciais, nota-se que o índice de alunos aprovados aumentou de 2010 para 2014. Em quatro anos o aumento foi de 3%. O número de alunos que abandonaram as escolas de Tabatinga nos últimos quatro anos diminuiu, pois, em 2010, o índice era de 2,9%, e, em 2014 esse índice baixou para 0,4%.

Uma possibilidade para a redução do abandono escolar pode estar associada ao Programa Bolsa Família, uma vez que, a frequência dos alunos é controlada e informada, no sistema SIGEAM, pelas escolas. Se o aluno abandona a instituição de ensino ou tem baixa frequência, o benefício do Programa é suspenso. Ressaltamos isso, porque, quando a bolsa de algum aluno é suspensa, os responsáveis procuram a escola para solicitar declarações de frequência, que são apresentadas no Departamento Social da prefeitura. A escola expede a declaração conforme a situação do aluno na escola, se o aluno apresentar menos de 75% de frequência a bolsa fica suspensa.

Nesse sentido, é possível supor que o Programa Bolsa Família tenha minimizado o problema do abandono escolar. No entanto, o índice de alunos reprovados não tem diminuído na mesma proporção. Assim, é possível perceber que a distorção idade-ano em Tabatinga começa nos Anos Iniciais, devido às reprovações e ao abandono, mesmo sendo os números dessa etapa de ensino inferiores aos apresentados pelos Anos Finais, conforme é possível verificar nos dados da Tabela 4, a seguir, que apresenta a taxa do rendimento escolar dos alunos dos Anos Finais das Escolas Estaduais de Tabatinga no período de 2010 a 2014.

Tabela 4 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais das Escolas Estaduais de Tabatinga (2010 a 2014)

Ano escolar	Total de alunos	% Aprovados	% Reprovados	% Abandono
2010	2.241	77,8	12,9	9,2
2011	2.777	82,1	15,3	2,7
2012	2.821	79,9	12,9	7,2
2013	2.661	83,3	11,5	5,2
2014	2.382	86,9	10,6	2,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2014b).

Os dados de rendimento escolar dos Anos Finais do Ensino Fundamental das Escolas Estaduais de Tabatinga mostram que o índice de alunos aprovados subiu de 77,8%, em 2010, para 86,9%, em 2014, ou seja, houve um aumento de 9,1% em quatro anos. Também houve decréscimo no índice de abandono, visto que, em 2010, era de 9,2%, e, em 2014, caiu para 2,5%. O índice de alunos reprovados decresceu, mas ainda é um problema, pois, em 2010, era de 12,9%, e, até 2014, diminuiu para 10,6%, apenas 2,3% em quatro anos. Ao compararmos os dados das tabelas 3 e 4 vemos que os números melhoraram gradualmente entre os anos de 2010 e 2014. Pode-se dizer que, nos últimos anos, as políticas públicas educacionais vêm valorizando a gestão escolar como um meio que pode contribuir de forma significativa para a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos. Autores como Paro (2007) têm afirmado que a gestão representa um dos condicionantes da qualidade do ensino. Segundo Libâneo (2008, p. 10), “o modo como a escola funciona – suas práticas de organização e gestão – faz diferença em relação aos resultados escolares”. Com relação a estas práticas na gestão escolar, pode-se citar a capacidade de liderança dos dirigentes, sobretudo do diretor, a gestão participativa, o clima de trabalho, a organização do ambiente, as relações entre os sujeitos escolares e outros.

Também é importante verificarmos os resultados individuais das Escolas Estaduais de Tabatinga. Nas tabelas 5, 6, 7, 8 e 9, que serão exibidas a seguir, é possível verificar esses rendimentos, assim, podemos analisar os dados comparativamente entre as escolas, e ponderar como a Escola Carmen Miranda encontra-se entre elas. A Tabela 5, a seguir, mostra a Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais da Escola Estadual Duque de Caxias:

Tabela 5 - Taxa de Rendimento Escolar dos Alunos dos Anos Finais da Escola Estadual Duque de Caxias (2010 a 2014)

Ano escolar	Total de alunos	% Aprovados	% Reprovados	% Abandono
2010	343	86,1	8,1	5,8
2011	351	94,0	3,1	2,9
2012	381	92,1	6,1	1,8
2013	477	90,8	4,3	4,9
2014	451	87,2	12,8	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2014b).

Os dados da Escola Estadual Duque de Caxias mostram que o índice de alunos reprovados oscilou bastante no período de 2010 a 2013. No entanto, em 2014, esse índice foi elevado, visto que, em 2013, foi de 4,3%, e, em 2014, 12,8%. Conseqüentemente, o índice de aprovados diminuiu a cada ano. Já o índice de abandono foi de 0%, ou seja, nenhum aluno abandonou a escola em 2014. No entanto, o índice de reprovação precisa diminuir, atingiu 12,8% em 2014. A seguir, na Tabela 6, veremos os dados da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar.

Tabela 6 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar (2010 a 2014)

Ano escolar	Total de alunos	% Aprovados	% Reprovados	% Abandono
2010	446	64	22	14
2011	403	80,4	15,6	4
2012	546	74,1	14,4	11,5
2013	421	72,8	17,2	10
2014	340	79,7	16,7	3,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2014b).

Os índices de rendimento da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar tem oscilado nos últimos cinco anos, sendo que o índice de reprovação nesta escola é alto, visto que possui índice de reprovação acima de 15%. De acordo com o Censo Escolar, esse índice indica que é preciso intervenção pedagógica para evitar que alunos fiquem fora da escola e

aumentem o índice de distorção idade-ano (MERITT e LEMANN, 2015). Já o índice de abandono diminuiu de forma expressiva, 6,4% foi o decréscimo de 2013 para 2014.

Cabe ressaltar que esta escola oferece ensino a alunos do Ensino Fundamental e Médio, no entanto, está se organizando para se tornar uma escola para alunos somente do Ensino Médio. Por isso, de 2013 para 2014, nota-se o número reduzido de alunos no Ensino Fundamental dos Anos Finais.

A Escola Estadual Marechal Rondon é uma instituição educacional que vem melhorando gradativamente seus índices, conforme veremos na Tabela 7, a seguir, em que serão apresentados os dados do período de 2010 a 2014:

Tabela 7 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais da Escola Estadual Marechal Rondon (2010 a 2014)

Ano escolar	Total de alunos	% Aprovados	% Reprovados	% Abandono
2010	531	72,8	12,9	14,4
2011	594	73,6	24,2	2,2
2012	511	77,4	12,7	9,9
2013	409	81,6	15,2	3,2
2014	298	90,6	6,4	3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2014b).

A Escola Estadual Marechal Rondon vem melhorando seus índices ao longo dos últimos cinco anos (2010 a 2014). A reprovação e o abandono oscilaram nesse período, mas, em 2014, o índice de reprovação decresceu de forma expressiva, 6,4% dos alunos foram reprovados, situação diversa de 2010 a 2013, período em que o índice foi elevado, a média desse período ficou em 14,3%. O índice de abandono, também decresceu em 2010, ficou em 14,4%, e, em 2014, em 3%. Em consequência, o índice de aprovação cresceu de forma gradativa neste nível de ensino. Esses dados mostram que alguma ação foi realizada para a melhoria dos resultados.

Já a Escola Estadual Pedro Teixeira diminuiu muito pouco os índices de reprovação e abandono, conforme veremos, a seguir, na Tabela 8 com os dados referente ao período de 2010 a 2014:

Tabela 8 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais da Escola Estadual Pedro Teixeira (2010 a 2014)

Ano escolar	Total de alunos	% Aprovados	% Reprovados	% Abandono
2010	682	87,7	9	3,2
2011	694	92,7	7,2	0,1
2012	729	79,7	16,7	3,6
2013	765	84,5	12,5	3
2014	793	86,3	12,2	1,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2014b).

O rendimento da Escola Estadual Pedro Teixeira tem oscilado nos últimos anos, mas o índice de reprovação é considerado alto, visto que 12% dos alunos reprovaram em 2014. O índice de abandono caiu nos últimos anos. O índice de aprovados, em 2011, foi de 92,7%, mas caiu em 2012 para 79,7%. No entanto, em 2013 aumentou para 84,5%, e em 2014 esse índice cresceu para 86,3%. Nota-se que é preciso que a escola melhore o índice de reprovação, caso contrário terá problemas para reduzir o fluxo escolar. Para isso, é necessária a realização de ações pedagógicas que combatam a reprovação, visto que esse índice é preocupante.

Veremos, a seguir, na Tabela 9, os dados da instituição foco desta pesquisa, a Escola Carmen Miranda para que possamos comparar com os dados das demais escolas:

Tabela 9 - Taxa de Rendimento Escolar dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Carmen Miranda (2010 a 2014)

Ano escolar	Total de alunos	% Aprovados	% Reprovados	% Abandono
2010	246	75	14,3	10,7
2011	643	73,6	22,1	4,4
2012	661	79,9	11,4	8,7
2013	594	84,1	9,5	6,4
2014	506	90,2	5,1	4,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP. (BRASIL, 2014b).

Os dados do rendimento da Escola Carmen Miranda mostram que os índices oscilaram entre os anos pesquisados. A reprovação em 2011 foi expressiva, 22,1% dos alunos foram

reprovados, já o abandono foi de 4,4% e a aprovação de 73,6%. Em 2012, o índice de abandono cresceu para 8,7%, no entanto, os índices de reprovação e aprovação melhoraram. Em 2014, a reprovação foi de 5,1%, o abandono foi 4,7%, e o índice de aprovação foi de 90,2%.

A reprovação e o abandono podem ter caído ao longo dos anos, devido ao monitoramento que o apoio pedagógico da escola realiza a cada bimestre, por meio da análise do rendimento dos alunos em cada disciplina, ou seja, se o professor apresentar o número de reprovações alto, o apoio pedagógico solicita que ele realize recuperações paralelas com os alunos com baixo rendimento, até que ele melhore. Os professores aplicam outras avaliações na tentativa de sanar as dificuldades dos alunos e melhorarem suas notas durante o bimestre e após cada avaliação ou trabalho solicitado pelo docente. Isso é feito em todos os bimestres para que, ao final do ano letivo, o número de alunos reprovados seja o menor possível, pois a reprovação e o abandono ainda são os maiores problemas existentes na escola, conforme os dados da Tabela 9 apresentados.

Apesar de haver ações na escola que buscam combater o abandono, essa situação ainda é complicada. Eliminar esse problema tem constituído um desafio, principalmente em casos de alunas que engravidam ou quando o bebê nasce e as mães não têm com quem deixar o filho em casa para retornar à escola. Em algumas situações, as alunas mães levam os bebês para a escola, mas, na maioria das vezes, cancelam a matrícula sob a alegação de que não possuem condições de estudar, e que retornarão no ano seguinte. Nesses casos, não há como manter as alunas na escola.

Em outras situações, a instituição busca solucionar o problema por meio de telefonemas, ou indo à procura do aluno em sua residência, para saber o porquê das faltas na escola. Após a realização de conversas com os responsáveis, alguns alunos retornam outros não. Em média, de 10 alunos faltosos, 7 ou 8 voltam a estudar, conforme o controle da frequência dos alunos no diário dos professores. Talvez em função dessas ações, e em conjunto com as exigências do Programa Bolsa Família, o índice de abandono tenha caído nos últimos anos.

O Bolsa Família é um programa do Governo Federal destinado às famílias em estado de pobreza. O objetivo é melhorar as condições de vida e suprir as necessidades básicas das famílias, mas para garantir a ajuda é preciso que mantenham seus filhos na escola, assim podem usufruir dos direitos dos programas sociais oferecidos pelo governo. Mesmo com todas as exigências para o recebimento da Bolsa Família há alunos que faltam bastante e que deixam de frequentar a escola, ou seja, evadem da instituição escolar, visto que de 2010 a

2013 a escola acionou seis vezes o Conselho Tutelar para juntamente com a equipe gestora resolver problemas relacionados a alunos com faltas frequentes na escola. Já em 2014 e em 2015, o conselho foi acionado, mas não prestou a assistência necessária relacionada a alunos que evadiram ou que são infrequentes na escola, visto que o conselho existente no município é precário, isto é, possui poucos funcionários para atender à demanda de problemas existente no município, e que muitos dos problemas são considerados, pelos conselheiros, mais sérios que os de alunos faltosos na escola, pois o Conselho prioriza casos de assédio, maus tratos e outros, conforme o Presidente do Conselho nos relatou em uma conversa informal em 2015. No entanto, os casos de alunos faltosos precisam ser notificados, e a escola, por sua vez, deve acionar o Conselho Tutelar para que esses problemas não se tornem mais graves, pois a equipe gestora da escola considera as faltas e a evasão escolar problemas sérios e que precisam ser solucionados pelas autoridades competentes para que não se tornem maiores problemas para a sociedade.

Ainda sobre o conselho tutelar, sabe-se que precisa ser mais atuante e a escola precisa conhecer o papel do Conselho na escola. Essa é uma parceria que precisa ser mantida assim como a família. O que se percebe é que nem mesmo os membros do Conselho conhecem suas funções, visto que não visitam as escolas, não palestram para informar sobre qual o seu papel na sociedade. Precisam, portanto, ser mais participativos. Pois é nas escolas que surgem as evasões e o Conselho tem que ser comunicado para que possa agir e é isso que a escola espera.

O índice de reprovação da Escola Carmen Miranda diminuiu em 2014, se comparado com os anos anteriores. Foi também a escola que apresentou o menor índice de reprovação, dentre as outras escolas estaduais de Tabatinga em 2014. Em relação ao abandono, foi a instituição que apresentou o maior índice no referido ano, visto que 4,7% dos alunos abandonaram a escola, ou seja, 23 no total.

Os dados das tabelas 5, 6, 7, 8 e 9 já apresentadas apontam que o índice de reprovação tem diminuído nos últimos anos, mas ainda é um grave problema na Rede Estadual Educação de Tabatinga, e tem causado outro, que é a distorção idade-ano, visto que nos Anos Iniciais 9% estavam com distorção em 2014. Dos alunos do 9º ano, um total de 31% estava em situação de atraso escolar, e, no Ensino Médio, havia um total de 59% dos alunos (BRASIL, 2014b).

Esses resultados demonstram que o ensino em Tabatinga precisa melhorar, já que, em todos os níveis, o índice de distorção é considerável, conforme é possível verificar nos dados da Tabela 10, a seguir:

Tabela 10 - Distorção idade-ano no ensino básico nas Escolas Estaduais de Tabatinga/zona urbana (2010 a 2014)

Escola	% Distorção idade/ano				
	2010	2011	2012	2013	2014
E.E. Duque de Caxias	6	6	6	6	5
E. E. Marechal Rondon	4	5	6	5	5
E. E. Pedro Teixeira	18	0	13	11	8
E. E. Conceição Xavier de Alencar	29	43	36	21	8
E. E. Carmem Miranda	32	27	27	21	20

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2014b).

Pelos dados é perceptível que das escolas apresentadas, a Escola Carmen Miranda teve o maior percentual de alunos em situação de distorção idade-ano, em comparação com as demais escolas estaduais urbanas de Tabatinga no ano de 2014, 20% dos alunos estavam com atraso escolar. Portanto, ações de minimização do problema devem ser realizadas na escola em estudo. Nesse sentido, para estruturar melhor as ações, é preciso conhecer a realidade da Escola Carmen Miranda, o que será feito na próxima seção.

1.3 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA CARMEN MIRANDA

O Município de Tabatinga sofreu um grande aumento populacional nas últimas décadas, cerca de 20 mil habitantes no período de 1992 a 2008 (IBGE, 2010). Com isso, houve a necessidade de criação de novos bairros nas áreas de expansão, com objetivo de promover melhoria na qualidade habitacional. Neste período, foram criados os bairros Vila Verde e Vila Paraíso, localizados na região norte da cidade. Foi nesse contexto que a Escola Carmen Miranda foi inaugurada, em 2010, para atender às necessidades educacionais da população desses novos bairros. No entanto, seu atendimento não se limita apenas a essas duas áreas, uma vez que, atende a discentes de toda a cidade, além de alunos estrangeiros, oriundos da Colômbia, do Peru e de outros países fronteiriços.

Em 2015, a escola pesquisada ofereceu o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano, Ensino Médio Presencial por Mediação Tecnológica (EMPMT)¹ e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e em seu quadro um total de 811 alunos matriculados, sendo que 389 são dos Anos

¹Aulas a distância mediadas por tecnologia.

Finais do Ensino Fundamental do turno matutino, 259 são alunos dos Anos Iniciais do turno vespertino, 82 da EJA e 81 do EMPMT no turno noturno (SIGEAM, 2015).

O quadro de servidores da referida escola é composto por 44 docentes lotados em sala de aula, dois professores de Apoio Pedagógico, um professor no ambiente de mídias, dois professores que coordenam o “Programa Mais Educação”, uma professora na Sala de Recursos Multifuncionais – que são espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Uma professora readaptada, que auxilia na biblioteca somente no turno vespertino, a gestora, a secretária, três assistentes administrativos, quatro auxiliares de serviços gerais, três merendeiras e três vigias.

Vale ressaltar que dos 44 professores lotados em sala de aula, 21 são contratados temporariamente pelo regime de Processo Seletivo Simplificado (PSS), e 23 são do quadro efetivo da SEDUC-AM. No que concerne aos professores contratados, após o término do contrato, que geralmente são por dois anos, se ausentam da escola, e, no ano seguinte, novos docentes são encaminhados à escola pela Coordenadoria Regional. Nos últimos três anos 32 professores contratados temporariamente passaram pela escola. Isso causa uma descontinuidade no trabalho pedagógico entre professores, alunos e equipe pedagógica, o que dificulta o desempenho dos alunos, principalmente em uma instituição que apresenta problemas de baixo rendimento.

É importante destacar também que a cada ano letivo há mudanças na lotação de professores, o que acaba interferindo na troca de professores de Apoio Pedagógico. Desde a criação da escola já houve três professores de Apoio Pedagógico no turno vespertino, o qual oferece ensino aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e quatro professores de Apoio Pedagógico no turno matutino, o qual atende aos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental. No horário da noite, que funciona com sete turmas de alunos, não há apoio pedagógico desde agosto de 2015, pois a pedagoga era contratada pelo Processo Seletivo, e após o seu término a SEDUC/AM não renovou para pedagogos. Entretanto, para a realização de um trabalho com os alunos é importante o entrosamento entre os docentes e discentes. Além disso, o domínio de turma e de conteúdo é essencial. Quanto aos professores efetivos, a Tabela 11, a seguir, demonstra o tempo de serviço destes na instituição.

Tabela 11 - Tempo de serviço dos professores efetivos lotados em salas de aula na Escola Carmen Miranda

Número de professores	Tempo de serviço na instituição
08	Mais de cinco anos
06	Mais e três anos
05	Mais de dois anos
04	Mais de um ano

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos pelo livro de registro de frequência da escola (2010 a 2015).

Quanto à formação dos professores da escola, com exceção de um professor que tem apenas o curso de magistério, os demais possuem ensino superior em licenciatura plena e todos ministram aulas de acordo com sua formação. Além disso, dos professores graduados 19 possuem especialização na área de formação, cinco estão cursando espacialização e um está cursando o mestrado. É importante destacar que o corpo docente da escola tem se aperfeiçoado com cursos de pós-graduação. Porém, a rotatividade de professores na escola interfere no trabalho pedagógico com professores e alunos.

Como a Escola Carmen Miranda tem apresentado baixo desempenho nos índices educacionais, foi contemplada, no ano de 2015, com o Programa Mais Educação, que é uma iniciativa do governo federal destinada às escolas que apresentam baixo desempenho. E, de acordo com o Caderno de Direitos Humanos em Educação:

O Programa Mais Educação tem como propósito ampliar a jornada escolar, oferecendo atividades pedagógicas e educativas diferenciadas, por meio da implementação da Educação Integral, que se refere a propostas pedagógicas que busquem estabelecer laços, vínculos e diálogos entre os saberes escolares e os saberes comunitários e que afirme a educação como um direito de todos. Tem como preocupação central o desenvolvimento do ser humano, em todas as suas diferentes dimensões, a partir de vivências e experiências de aprendizagens em tempos, espaços, ritmos e contextos diferenciados, de maneira que contemple o diálogo e articulações entre os saberes da comunidade e os saberes oportunizados pelo currículo escolar formal (BRASIL, 2009, p. 7).

O Programa tem várias ações a serem desenvolvidas pelas instituições escolares. No caso da Escola Carmen Miranda, as ações foram desenvolvidas para atender a 150 alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental que apresentam dificuldade de aprendizagem. Essa quantidade é o que está previsto no plano de ação desenvolvido pelo Programa Mais Educação. Dentre as ações estão aulas de reforço de Letramento e Matemática, ambiente de

rede, *hip hop*, fanfarra e direitos humanos. Cabe ressaltar que a escola não possui internet disponível para as aulas de ambiente de rede, então no lugar das aulas de ambiente de rede o monitor trabalhava com aulas de informática. A escola também não efetivou as atividades voltadas à Fanfarra devido à falta dos instrumentos musicais não enviados pelo Ministério da Educação, que é o responsável pelo programa.

As aulas de reforço de Letramento e de Matemática funcionam no contraturno, com duas horas de duração, duas vezes ao dia. Os monitores buscam trabalhar de forma diferenciada (oficinas) das aulas diárias, visto que cada turma é composta por apenas 15 alunos, sendo que algumas turmas possuem até 22, assim, cada aluno pode ser atendido pelo professor individualmente. Ao todo são 6 turmas. No entanto, os alunos faltam bastante, e na maioria das vezes, são os alunos que mais necessitam dessas aulas.

Ao analisar, por exemplo, a frequência da turma “E”, dos 22 alunos, 7 nunca compareceram às aulas, 11 deixaram de frequentar no mês de julho e somente quatro finalizaram o 1º semestre com poucas faltas. A realidade das demais turmas não é diferente da turma “E”, pois em todas houve alunos que deixaram de frequentar, que nunca compareceram e finalizaram o semestre, sendo que com menor índice de alunos que nunca compareceram e que desistiram. Muitos alunos têm preferência pelas aulas de dança e informática.

Ressalta-se que os responsáveis dos alunos faltosos, ou seja, quando os alunos deixavam de comparecer por três dias às aulas, eram notificados a comparecer na escola para saber da situação de seu filho na escola. De cada 10 pais convocados à escola, quatro atendiam ao chamado. Alguns compareciam para cancelar as aulas do “Programa Mais Educação” por vários motivos. Um deles alegou que o filho não queria frequentar mais às aulas, outro alegou que o filho tinha que descansar à tarde, visto que o aluno estudava no horário matutino e que as aulas da tarde atrapalhavam seu descanso.

Apesar da Coordenadora do Programa Mais Educação explicar aos responsáveis que as aulas eram importantes para o aluno melhorar seu desempenho nas aulas de português e matemática, em 2015, três pais assinaram o termo de desistência das aulas do programa. Os demais alunos, aos poucos iam deixando de frequentar, conforme o registro da frequência e o termo de compromisso existente no arquivo da escola. As atividades do “Mais Educação” iniciaram na Escola Carmen Miranda em fevereiro de 2015, sendo que em agosto e setembro foram suspensas por falta de recursos financeiros, não repassados à escola para atender as ações do 2º semestre. No entanto, em outubro, os recursos foram repassados, mas as atividades só começaram no ano letivo de 2016.

A escola ainda desenvolve um projeto voltado às atividades desportivas, o “Inter Classe Nota Azul”, que é desenvolvido no final de cada bimestre com os alunos que apresentam boletins com as notas das disciplinas todas azuis. Acreditou-se que esse projeto serviria como um incentivo para que os alunos que não conseguem todas as notas azuis em um bimestre se esforcem para melhorar seu desempenho, pois as atividades desenvolvidas são para envolver todos os alunos. Atividades como futsal, queimada, pingue-pongue, circuito, atletismo são desenvolvidas no projeto e atraem bastante os alunos. No entanto, como a escola não faz o acompanhamento e monitoramento para verificar o índice de melhoria dos alunos e se há um aumento ou baixa de alunos participando bimestralmente, o projeto perdeu o sentido de incentivo para que os alunos melhorassem as notas.

Em análise sobre esse projeto, verificou-se que ele não é um projeto de inclusão, pelo contrário, o projeto pode estar excluindo o aluno, e o aluno excluído é propenso a faltar ou abandonar a escola, visto que só participam os alunos aprovados com notas azuis, e os que tiram notas vermelhas (baixas) não encontrarão nada que o atraia, já que o que o interessa a escola está tirando. No segundo e no terceiro bimestres não houve o interclasse porque os professores decidiram realizar apenas duas vezes no ano, pois para a realização das atividades é necessária a utilização de materiais adequados às práticas esportivas, e a escola nem sempre tem disponível em grande quantidade os materiais como cones, cordas, bambolês, bolas, uniformes para jogos, apitos, cronômetros e outros, visto que esses materiais também são utilizados nas aulas práticas semanais de Educação Física, e o recurso financeiro repassado à escola para a compra desses materiais são insuficientes para manter essas atividades extraclases nos quatro bimestres.

Há também os projetos de sala desenvolvidos pelos professores de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Espanhol e Arte que acontecem ao longo do ano letivo. Esses projetos são desenvolvidos pelos professores da instituição, são previstos no Plano de Ação Pedagógico da Escola e são voltados aos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental com o objetivo de envolver todos os alunos em atividades interativas e dinâmicas dentro da sala de aula.

Além desses projetos, é desenvolvido também o “Projeto Dança na Escola”, o “Dia da Família na Escola” e a “Feira de Ciências, Cultura e Arte” este último encerra o ano letivo. O objetivo desses projetos é motivar a família a participar das atividades desenvolvidas por professores e alunos, e estreitar a relação entre escola e família fazendo com que participem da vida escolar dos filhos de forma mais ativa e presente. Nesses eventos, é percebida a participação das famílias, principalmente no arraial da escola, realizado no mês de Julho.

Desses projetos, alguns não foram desenvolvidos na escola em 2015. Um deles é o Dia da Família na Escola, que estava previsto para o mês de outubro. O motivo foi a falta de recursos financeiros, pois, neste ano, não foi repassado o recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), recurso destinado à manutenção da escola durante o ano. Porém, em 2015, a escola só recebeu o recurso da 2ª parcela do ano de 2014, que deveria ter sido repassado no ano anterior.

Em 2014, a escola desenvolveu pela primeira vez o projeto Família na Escola. O objetivo principal desse projeto é promover a participação efetiva da comunidade escolar através de parcerias com os pais e demais segmentos da sociedade, buscando criar condições para promoção de uma educação construtiva e justa através de um trabalho coletivo. Nesse dia há atividades como dança, coral e dramatizações, que são apresentadas por alunos de todas as séries. Além disso, na edição de 2014, foi realizada uma palestra sobre a importância da educação. Um pai foi convidado para falar sobre a educação em sua época como estudante e como ele vê a educação nos dias atuais. Houve também algumas atividades interativas envolvendo os pais e os filhos juntos. Ao final, foram feitos sorteios de brindes doados pelos professores e outros parceiros da escola.

Destaca-se que a escola mencionada aqui ainda não construiu o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), visto que a elaboração desse documento requer tempo, disponibilidade da equipe pedagógica, professores e participação da comunidade escolar. Além disso, é preciso que a equipe gestora priorize e defina datas para a construção do PPP, o qual ainda não foi definido.

Dentro desse contexto de aprendizagem é que se percebe que muito se tem a fazer para que a escola seja um ambiente acolhedor, em que a parceria seja um instrumento de apoio às dificuldades que forem surgindo, como o caso da distorção idade-ano como veremos na seção a seguir.

1.4 DISTORÇÃO IDADE-ANO NA ESCOLA CARMEN MIRANDA

Para entender a problemática da distorção idade-ano na Escola Carmen Miranda, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, é preciso apontar alguns fatores que acompanham a escola desde o seu surgimento. Esta instituição foi inaugurada em 2010, conforme mencionado anteriormente. Nesse ano, absorveu 12 turmas de alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com uma média de 32 alunos, de um anexo da Escola Estadual Marechal Rondon. Desses alunos que a escola recebeu, 189 já se encontravam com distorção,

os demais matriculados pertenciam a outras escolas estaduais e municipais do bairro onde a instituição está localizada. Ao todo eram 776 alunos matriculados no Ensino Fundamental, de acordo com dados do INEP (BRASIL, 2010c), 461 alunos eram dos Anos Iniciais, 244 dos Anos Finais e 71 da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo os dados informados, desse total de alunos, 32% estavam com distorção. E ao longo dos anos este problema na escola persistiu, principalmente nos Anos Finais, conforme dados alocados na Tabela 12, a seguir:

Tabela 12 - Distorção idade-ano nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Escola Carmen Miranda (2010 a 2014)

Ano escolar	Distorção por Ano letivo %				
	2010	2011	2012	2013	2014
6º	60	61	59	47	48
7º	54	42	56	54	38
8º	56	46	35	54	42
9º	79	55	32	39	56

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2013).

Os dados dispostos na Tabela 12 mostram que, desde 2010, a taxa de distorção idade/ano vem decrescendo, pois, em 2010, em média 60% dos alunos do 6º ano estavam em distorção. Em 2011, a média foi de 61%. Já em 2012, a média diminuiu para 59%, e, em 2013, esse número caiu para 47%. Nas turmas do 7º ano essa taxa oscilou em 2011 e 2012, mas, em 2013 e em 2014, a taxa diminuiu. Já nos 8º e 9º anos houve oscilação, e no 9º ano, em 2014, houve um acréscimo.

Em 2010, nas turmas do 7º ano, a taxa de alunos em distorção era de 54%, esse número permaneceu em 2013. Nas turmas do 8º ano, em 2010, a taxa era de 56%, diminuiu 10% em 2011, e, em 2012, diminuiu bastante, ficando em 35%. No entanto, em 2013, a taxa aumentou para 54%. Já no 9º ano a taxa caiu significativamente, de forma gradativa até 2012, ficando em 32%. Porém, em 2013 esse número aumentou para 39% (MERITT e LEMANN, 2015).

Em 2014, o número de alunos matriculados nas turmas de 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental com distorção oscilou. No 6º ano aumentou 1%. No 7º e 8º anos diminuiu de forma significativa. Já no 9º ano aumentou de 39% para 56% (MERITT e LEMANN, 2015).

Se analisarmos, numa perspectiva transversal, acompanhando a evolução da distorção por turmas, cada qual indicada na tabela por cores diferentes, nota-se que o índice de distorção diminuiu nos anos de 2010 a 2013, exceto no 8º ano. Analisando a evolução da turma do 6º ano de 2010, por exemplo, percebe-se que houve redução no número de alunos com distorção até 2013, quando chegou no 9º ano. Se analisarmos as turmas do 6º ano de 2011 a 2014, de acordo com a cor rosa, vemos que os índices diminuíram. Em todo caso, em 2014, houve uma redução, apesar de o 9º ano ainda apresentar uma porcentagem significativa de alunos fora da faixa etária. E se de modo geral as taxas foram reduzindo, isso significa que houve um “Efeito escola” que contribuiu para que isso ocorresse e, é importante que seja analisado nesta pesquisa. Sobre essa questão, Brooke e Soares (2008, p. 9 *apud* ANDRADE e SOARES, 2008, p. 382) afirmam que:

[...] embora parte importante da explicação dos baixos níveis de desempenho dos alunos esteja em fatores extraescolares, há uma enorme variação entre resultados de escolas de um mesmo sistema que atendem alunos muito similares em termos socioeconômicos. Ou seja, a unidade escolar frequentada pelo aluno pode fazer diferença significativa na sua vida escolar.

Portanto, o que se observou é que a escola aqui pesquisada tem melhorado seus índices de distorção idade ano, no entanto, para que as melhorias sejam mais expressivas, se faz necessário que a escola esteja atenta à diversidade de aluno que ali se encontra, pois conforme Andrade e Soares (2008), a organização da escola pode fazer grande diferença na vida escolar dos alunos, principalmente quando a origem dos alunos é classes sociais diversas, como é o caso da Escola Carmen Miranda.

Para isso, existe uma questão importante no desenvolvimento de ações de melhoria educacional na escola, que é a composição de uma equipe pedagógica preparada e efetiva, o que a Escola Carmen Miranda não tem, pois quem assume a função pedagógica na escola é um professor de área, o que é bem diferente de um pedagogo.

Após analisar os dados apresentados na Tabela 12, é visivelmente clara a problemática da distorção idade-ano em todas as turmas de 6º ao 9º ano na Escola Carmen Miranda. E tal fato motivou a presente pesquisa que tem como um de seus objetivos encontrar alternativas para corrigir esta relevante distorção no fluxo escolar da referida escola, uma vez que a distorção idade-ano é vista como um problema para a política educacional do país, já que

impacta sobre a eficiência e a eficácia do sistema educacional. Tudo isso está relacionado a um conjunto de elementos quantitativos e qualitativos que resultam nas taxas de reprovação e de abandono.

Na Escola Carmen Miranda há um índice considerável de reprovação e abandono nos Anos Finais do Ensino Fundamental, conforme explicitado na Tabela 13, a seguir, que mostra também os índices de reprovação do Amazonas e do Município de Tabatinga.

Tabela 13 - Índice de Reprovação e Abandono nos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Escolas Estaduais do Amazonas, de Tabatinga e na Escola Carmen Miranda (2010 a 2014)

Local	Ano escolar	% Reprovação	% Abandono
Amazonas	2010	11,6	7,1
	2011	7,8	6,7
	2012	7,9	7,4
	2013	8,0	6,5
	2014	8,2	6,1
Tabatinga	2010	12,9	9,2
	2011	15,3	2,7
	2012	12,9	7,2
	2013	11,5	5,2
	2014	10,6	2,5
Escola	2010	14,3	10,7
	2011	22,1	4,4
	2012	11,4	8,7
	2013	9,5	6,4
	2014	4,7	5,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos do portal do INEP (BRASIL, 2014b).

No entanto, conforme pode ser observado, esses índices vêm diminuindo ao longo dos anos, tanto no Estado como no Município e também na escola.

O índice de reprovação no Amazonas de 2010 a 2014 diminuiu somente 3,4% e o de abandono oscilou nos últimos anos, mas decresceu somente 1%. Em Tabatinga, esses índices diminuíram. A reprovação de 2010 para 2014 decresceu somente 2,3%, já o abandono decresceu expressivamente, no mesmo período foi de 6,7%. Na escola Carmem Miranda esses índices, apesar de terem caído, ainda são expressivos, visto que a reprovação de 2010 para 2014 caiu 9,6% e o abandono caiu 5,6%. No ano de 2014, a escola apresentou uma taxa de reprovação inferior a do Estado e a do Município. Quanto à taxa de abandono, foi menor que

a do Estado, com a diferença de 1%, mas bem maior que a do Município com a diferença de 3,4%.

Com esses dados, conclui-se que a reprovação e o abandono, mesmo que estejam diminuindo nos últimos anos, é uma das causas da distorção idade-ano na Escola Carmen Miranda. De acordo com Brandão (2000) a repetência atinge mais fortemente os alunos provenientes de famílias com menores níveis de instrução e das regiões mais pobres do país. Por isso, é importante ressaltar que as condições de vida do aluno e de sua família podem influenciar bastante no processo de ensino-aprendizagem. O educando pode apresentar dificuldades, o que gera o fracasso escolar, e as consequências desse fracasso podem afetar também os valores sociais, afetivos e morais do indivíduo, ocasionando a falta de interesse pelos estudos, resultando na reprovação e evasão.

No anseio de melhoria educacional, percebe-se que este é um problema que precisa ser minimizado. Moreira (2013) afirma que as principais causas da distorção apontadas em pesquisas são a evasão e o abandono escolar, todavia existem causas primárias que contribuem para estas, e apesar de, muitas vezes, estarem intimamente ligadas à situação socioeconômica do aluno, isso nem sempre é fator determinante.

Portanto, há um problema na Escola Carmen Miranda que precisa de intervenção imediata, visto que os dados mostrados neste capítulo apontaram para algumas de suas causas. As pesquisas de campo realizadas na escola, além de confirmarem a existência dessa problemática, apontarão possibilidades de ações viáveis para reduzir a distorção idade-ano na escola, conforme será apresentado no capítulo 2, a seguir.

2 A PESQUISA DE CAMPO E VISÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS COM O CASO DE GESTÃO

O primeiro capítulo dedicou-se à descrição do caso de gestão e caracterizou a Escola Carmen Miranda em suas especificidades, apontando os índices educacionais, principalmente o problema da distorção idade-ano. Como a pesquisa tem por objetivo analisar as ações gestoras voltadas ao problema da distorção idade-ano nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com vista à proposição de um plano de intervenção para reduzi-la, é preciso saber como a escola vem lidando com essa problemática ao longo desses anos. Nesse sentido, no presente capítulo serão analisadas as ações que esta instituição vem realizando no que diz respeito à problemática em estudo. A intenção é responder a seguinte pergunta: "Quais ações a gestão da Escola Carmen Miranda está desenvolvendo para minimizar o problema da distorção idade-ano?".

Assim sendo, na primeira seção será apresentada a metodologia utilizada na realização da pesquisa de campo. Na segunda seção, as estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa e na terceira seção, a análise dos dados da pesquisa de campo avaliados conforme os eixos, no qual obteremos a visão dos atores sobre a realidade da escola.

2.1 METODOLOGIA

De acordo com Silva e Menezes (2005), existem várias formas de classificar uma pesquisa. Do ponto de vista da abordagem do problema pode ser definida como pesquisa qualitativa ou quantitativa. Segundo Oliveira (2010, p. 61), o caráter quantitativo “[...] significa quantificar dados obtidos por meio de informações coletadas através de questionários, entrevistas, observações.” Por sua vez, Figueiredo e Souza (2008, p. 99) complementam que “[...] caracteriza-se pelo processo de quantificação, tanto no processo de coleta de informações, como no tratamento destas por meio de técnicas estatísticas e procedimentos matemáticos”.

Com relação à natureza qualitativa, Oliveira (2010, p. 59), afirma que “[...] se caracteriza como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características dos resultados das informações obtidas”. Em complemento, Figueiredo e Souza (2008, p.85) dizem que para o caráter qualitativo “[...] o pesquisador é um participante ativo, ele interage em todo o processo, compreende, interpreta e analisa os dados a partir da significação das informações coletadas”.

A pesquisa aqui realizada possui natureza quantitativa e qualitativa. Tornou-se quantitativa, visto que, no decorrer de seu desenvolvimento foi necessária a utilização de técnicas estatísticas e métodos matemáticos para adquirir as informações. Por outro lado, houve a interação do pesquisador com os sujeitos em seu processo, na coleta dos dados para a análise do caso por meio de questionário e entrevista, o que a tornou uma pesquisa qualitativa. O processo de condução da investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado que estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra. Sobre essa abordagem, Minayo (2001, p.36) afirma que ela “[...] tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo”.

Portanto, a utilização da natureza quantitativa e qualitativa foi de fundamental relevância para este caso de gestão, ocorrendo a integração dos dois métodos, os quais se complementaram para a aquisição dos dados. Goldenberg (2004, p.63), ressalta que:

A premissa básica dessa integração fundamenta-se na ideia de que os limites de um método poderão ser contrabalançados pelo alcance de outros. Os métodos qualitativos e quantitativos, nesta perspectiva, deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares.

Dessa forma, a utilização dos dois métodos se justifica pelo fato de que juntos respondem ao propósito e às necessidades científicas estabelecidas nesse estudo, permitindo explorar os dados e analisar as percepções observadas no decorrer da aplicação.

Inicialmente este trabalho foi desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico, que serviu como auxiliar na aquisição de suporte teórico para o desenvolvimento da temática abordada. Marconi (2009, p. 3) ressalta que “[...] toda pesquisa deve basear-se em uma teoria [...] e para ser válida, deve apoiar-se em fatos observados e provados, resultantes da pesquisa”. Seguindo essa linha de raciocínio, entende-se que se torna fundamental trilhar alguns tipos de pesquisas para que se defina de que forma irá se trabalhar, desde que estes estejam em conformidade com a temática abordada, a fim de conduzir à pesquisa pelo caminho que possibilite o alcance dos objetivos propostos. Entender e, conseqüentemente, analisar os tipos de pesquisa, permite ao pesquisador maior qualidade no trabalho apresentado, além de alcançar melhores resultados.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, Andrade (2001, p.39) afirma que “[...] é habilidade fundamental nos cursos de graduação e outros, uma vez que constitui o primeiro

passo para todas as atividades acadêmicas”. Sobre esse tipo de pesquisa Marconi e Lakatos (2003, p. 62) ainda reforçam que:

A pesquisa bibliográfica, ou fonte secundária consiste no esforço do pesquisador em realizar um levantamento bibliográfico sobre o tema a ser investigado. Esse levantamento bibliográfico pode ser tanto de fontes escritas como jornais, revistas, programas de televisão, documentários, conferências e etc.

Dessa forma, os estudos de pesquisa foram realizados mediante fundamentações teóricas as quais através de livros específicos ajudaram a compor esse trabalho. Segundo Lakatos (2009, p.157) a “[...] pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Assim sendo, a pesquisa busca propiciar condições para que o pesquisador consiga solucionar as problemáticas existentes dentro da pesquisa, como também alcançar os objetivos pré-estabelecidos, auxilia na melhor compreensão de determinado problema ou fenômeno. A pesquisa possibilita dados capazes de comprovar a veracidade dos resultados alcançados com relação aos objetivos propostos.

Após o levantamento bibliográfico, foi realizada a pesquisa de campo. Quanto a esta pesquisa, Marconi (2009, p. 69), a define como sendo:

[...] aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento a cerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Ou seja, a pesquisa de campo se encarrega de promover o reconhecimento de um problema ou a abertura de uma possibilidade de implementar algo novo, isso se dá pelo fato de que através dela o pesquisador consegue conhecer o local de estudo, como também desvendar quais os possíveis motivos para determinadas dificuldades.

2.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS NA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo realizada neste trabalho objetivou buscar informações junto àqueles que poderiam dar respostas à problemática em questão, que é: a distorção idade-ano. Os sujeitos da pesquisa foram os pais, os professores dos Anos Finais, os alunos, o apoio pedagógico da escola investigada e a coordenadora do Programa Mais Educação na escola. Os

instrumentos utilizados foram questionário e entrevista. O questionário foi destinado aos pais e alunos, e a entrevista foi direcionada aos docentes, ao apoio pedagógico e à coordenadora do Programa Mais Educação na instituição, a qual trabalha diretamente com os alunos com distorção idade-ano no contraturno.

Diante do caso de gestão, foi questionado sobre que ações a gestão da Escola Carmen Miranda está desenvolvendo para minimizar o problema da distorção idade-ano? Pautados nessa pergunta, procurou-se definir uma amostra que fosse representativa de cada segmento envolvido no problema. Assim, os questionários foram aplicados para 60 alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental que estão em situação de distorção. Tal atividade foi realizada na própria escola, em horário de aula, no turno matutino. Primeiro, houve uma conversa com os alunos para que eles entendessem por que responder ao questionário. Todos ouviram atentamente e concordaram em colaborar com a pesquisa. No dia combinado para a aplicação do questionário (30/05/2016), 98,3% dos alunos contribuíram com suas respostas, isto porque um aluno deixou de entregar o questionário.

Quanto aos pais, 20 foram convidados para participar do questionário. Foi escolhida apenas essa quantia por ser um número suficiente para obter as informações necessárias, ressaltando que todos eram pais de alunos que apresentam distorção. O encontro com estes pais para a aplicação do questionário foi na escola também pela manhã. No dia e na hora marcada (31/05/2016) somente 15 pais compareceram. Este instrumento foi composto por 14 questões, com perguntas referentes ao tema em questão, como forma de investigar os fatores que levam à distorção. Portanto, as questões apresentadas no questionário buscaram levantar a percepção dos alunos e pais sobre a escola, sobre a problemática e as estratégias utilizadas como forma de minimizá-la. Após esse processo, os questionários foram recolhidos para que se pudesse fazer a tabulação dos dados.

Os questionários são instrumentos de pesquisa ordenados em que as perguntas podem ser respondidas sem que o pesquisador esteja presente, nesse caso, o questionário dos alunos e dos pais foi aplicado pela pesquisadora em uma sala de aula da escola.

Já com relação às entrevistas, elas foram realizadas com os professores que ministram aulas nas turmas de alunos com distorção idade-ano, com o apoio pedagógico e com a Coordenadora do Programa Mais Educação, porque permitem a obtenção de dados diferentes dos adquiridos no questionário. Dos professores em questão, todos possuem nível superior, especialização e atuam como professores há bastante tempo, ou seja, entre 6 e 25 anos. Portanto, já possuem experiência.

Um ex-aluno do Programa de Mestrado Profissional de Pós-Graduação Profissional da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP/UFJF), professor efetivo da Rede Estadual, com experiência em pesquisa de campo, foi quem realizou as entrevistas, pois como a pesquisadora é gestora da instituição, achou por bem convidá-lo para tal tarefa, o qual prontamente se disponibilizou a contribuir com este trabalho. A vantagem dessa estratégia foi fazer com que os entrevistados se sentissem mais confortáveis e as respostas dos questionamentos, neste sentido, tendem a ser mais fidedignas. Assim, seis professores, o apoio pedagógico e a Coordenadora do Programa Mais Educação da escola participaram das entrevistas.

Todos os envolvidos nesta pesquisa foram receptivos, pois estavam cientes da importância deste estudo junto à instituição de ensino, já que a distorção idade-ano é um problema que aflige os educadores, que querem encontrar uma ação que venha contribuir para solucionar tal questão. As entrevistas ocorreram nos dias 23 e 25 de maio de 2016, foram gravadas em áudio, e, após essa etapa as perguntas e as respostas foram transcritas pela pesquisadora. Ressalta-se que o roteiro das entrevistas e os questionários foram elaborados pela pesquisadora.

Para compreender o problema da distorção idade-ano, o qual tem afetado o desempenho educacional da Escola Estadual Carmen Miranda, foi necessário desenvolver alguns eixos de análise, em que teremos a contribuição de teóricos que tratam sobre a temática em estudo. Os eixos de análise escolhidos para estruturar os instrumentos de pesquisa de campo foram: o Rendimento Escolar, a Distorção idade-ano, as Ações e Políticas de correção de distorção.

Cada um dos eixos escolhidos tem uma relação com o tema abordado neste trabalho. Assim sendo, foi devidamente fundamentado a partir das entrevistas e dos questionários realizado com os pais, os alunos e a equipe pedagógica, visto que a contribuição desses atores foi imprescindível para compreensão dos problemas que afetam a vida do aluno e que interferem no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Portanto, é importante conhecer a realidade e as necessidades da Escola Estadual Carmen Miranda, para que o Plano de Ação Educacional que será proposto seja desenvolvido de acordo com o problema apresentado na análise dos dados.

2.3 REALIDADE DA ESCOLA ESTADUAL CARMEN MIRANDA: VISÃO DE SEUS ATORES

Todo este trabalho de pesquisa se deve ao fato de que, no Brasil muito se discute a respeito das causas do abandono e da reprovação, fatores que contribuem com a distorção idade-ano. Todos os anos estudantes reprovam deixando de acompanhar suas turmas ou abandonam a escola, retornando com idade mais avançada. Assim, as taxas de distorção idade-ano continuam existindo, principalmente em escolas que não promovem ações para combater os fatores que resultam na matrícula de alunos em determinado ano de escolaridade fora de sua faixa etária. As escolas precisam atender de forma satisfatória a crianças e jovens e, valorizar o saber acumulado destes ao entrar numa sala de aula, aproveitando para que novos saberes sejam conquistados. Na realidade, a escola precisa ser criativa, renovar-se e estar atenta ao potencial destes estudantes.

Nesta seção, o objetivo é analisar os dados obtidos nas entrevistas realizadas com professores, Apoio Pedagógico, Coordenadora do Programa Mais Educação da Escola Carmen Miranda, bem como os dados do questionário aplicado aos alunos e pais da referida instituição. A partir daí, diagnosticar as causas do problema da distorção idade-ano, sob o ponto de vista de autores que tratam deste problema. A análise será apresentada em três subseções, de acordo com os eixos propostos para este estudo.

2.3.1 Rendimento Escolar e suas implicações na distorção idade-ano

De acordo com Cunha (2012, p. 2), “após o período de expansão do acesso à Educação Básica no Brasil, sobretudo na década de 1990, as instituições escolares públicas se depararam com o desafio da melhoria do rendimento escolar”. Segundo os autores, estão entre os condicionantes dessa baixa qualidade educacional, os fatores internos aos sistemas de ensino, assim como sociais, culturais e familiares, surgidos de uma população que até então não tivera acesso à escolarização.

Esses fatores acabam por influenciar na repetência, na entrada tardia na escola e no abandono e retorno do aluno evadido, o que para Saraiva (2010) são as principais causas da distorção idade-ano, representando um grave problema na educação brasileira. Por isso, a importância de realizar na escola um monitoramento sobre o rendimento escolar dos alunos como uma das ações de melhorias do desempenho dos discentes, sobretudo dos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, uma vez que, suas causas advêm de

diferentes contextos, seja psicossocial ou pedagógico. Faz-se importante também a escola conhecer a sua clientela para que não haja um pré-julgamento e deixar a culpa apenas aos alunos ou aos pais.

Diante dessa realidade, foi questionado à equipe pedagógica e professores da Escola Estadual Carmen Miranda como anda o rendimento dos alunos, quais as dificuldades encontradas, de que forma é realizado o monitoramento do desempenho dos alunos na instituição e com que frequência isso acontece.

Os profissionais que atuam na referida escola durante a entrevista expuseram que os alunos apresentam dificuldades de aprendizagem. A profissional que exerce a função de Apoio Pedagógico, ao ser questionada sobre essa questão, respondeu:

A dificuldade deles é principalmente em Português e Matemática, pois eles já chegam no 6º ano com uma defasagem dos Anos Iniciais e para melhorar seria interessante fazer um acompanhamento desde o 6º ano (Entrevista realizada com o Apoio Pedagógico. Tabatinga, 2016).

Ressalta-se aqui que, a professora que exerce a função de Apoio Pedagógico possui formação em Pedagogia, tem mais de 20 anos de experiência no magistério e há três anos atua como Apoio Pedagógico na escola. Analisando os boletins de notas entregues na secretaria pelos professores a cada bimestre, nota-se que o maior índice de reprovação, em torno de 15% das notas baixas (menos de 6 que é a média mínima para passar) são nos componentes de Português e Matemática, conforme o depoimento do Apoio Pedagógico. Diante da situação da dificuldade de aprendizagem, verifica-se que muito se tem a fazer para que os alunos desenvolvam suas habilidades e competências.

Quanto ao monitoramento, de acordo com os professores, este é feito através de reuniões bimestrais, em que são utilizados gráficos para a verificação do rendimento escolar nos diversos componentes curriculares. Posteriormente, as informações são repassadas à comunidade nas reuniões de pais e também de alunos, no final de cada bimestre. A Coordenadora Pedagógica do Programa Mais Educação - que é professora com mais de 20 anos de experiência na área de Língua Portuguesa, com formação em Letras e especialista em Gestão Escolar, além de ter exercido a função de apoio pedagógico durante dois anos na escola -, quando questionada sobre essa questão, ponderou:

Vejo que o rendimento vem acontecendo satisfatoriamente, pois gradativamente os índices estão melhorando e atingindo as metas estabelecidas pela equipe pedagógica [...]. O monitoramento é feito através

de gráficos apresentados em reuniões bimestrais para verificar o rendimento e assim, o apoio pedagógico procura dar uma atenção específica para as disciplinas que apresentam um índice baixo, que geralmente se observa em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências (Entrevista realizada com a Coordenadora Pedagógica do Programa mais Educação. Tabatinga, 2016).

Após a apresentação dos dados bimestrais, segundo a coordenadora, os professores são orientados pela equipe gestora a darem maior atenção aos alunos que obtiveram baixo desempenho nas disciplinas para que no próximo bimestre melhorem suas notas. Complementa dizendo que alguns professores não aceitam as orientações, alegando que os alunos não fazem os trabalhos solicitados, porque não querem e/ou porque faltam muito, mas, geralmente atendem às orientações e procuram “recuperar” os alunos. No entanto, afirma que é difícil saber se realmente os professores realizam de fato as revisões dos conteúdos para que o aluno sane sua dificuldade de aprendizagem, pois não há registros realizados pelo Apoio Pedagógico sobre o que foi realizado pelos professores. Sabe-se apenas que, ao final, as notas dos alunos que antes apareciam com notas baixas (reprovados) aparecem nos diários com notas altas (aprovados).

Quando perguntado sobre o mesmo assunto – o monitoramento do rendimento escolar - a resposta do Apoio Pedagógico da escola não foi diferente da Coordenadora. A professora ressalta o seguinte:

Nós fazemos o acompanhamento de forma bimestral através de gráficos, expondo as turmas com todos os componentes curriculares e aí fazemos o comparativo para verificar em quais componentes os alunos tiveram melhor ou pior desempenho (Entrevista realizada com o Apoio Pedagógico. Tabatinga, 2016).

A professora de Apoio relata também que os professores fazem, a pedido da Coordenadora do Programa Mais Educação, uma seleção dos alunos com dificuldade de aprendizagem em Português e Matemática, e encaminham para as aulas do Programa. Acrescenta, ainda, que para participarem do Programa Mais Educação em 2014, os professores de Língua Portuguesa selecionaram os alunos que nas avaliações cotidianas apresentavam dificuldade em leitura e escrita. Já os professores de Matemática selecionaram os discentes com deficiências nas quatro operações matemática. Afirma também que:

[...] os componentes de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, são, de modo geral, os que apresentam rendimentos mais baixos. Geralmente, nas reuniões bimestrais, se analisa o todo, ou seja, o rendimento das turmas. A partir de então, dependendo do resultado, faz-se a análise por componente

curricular, comparando o desempenho do bimestre anterior (Entrevista realizada com o Apoio Pedagógico. Tabatinga, 2016).

Assim, o Apoio Pedagógico faz interferências junto aos professores na busca de melhorar e modificar suas práticas pedagógicas para que o aluno alcance melhor desempenho. Dessa forma, de acordo com os apontamentos da gestora, da coordenadora do Mais Educação e do Apoio Pedagógico, de fato o monitoramento é realizado bimestralmente por meio de gráficos, e a partir do resultado são feitos comparativos. E os componentes que apresentam maior reprovação de alunos são trabalhados pelos professores para que o desempenho melhore no bimestre seguinte. No entanto, não há documentos escritos, ou seja, nenhum registro ou parecer no arquivo da escola que demonstrem alunos com dificuldade em alguma disciplina, para que, no ano seguinte, os professores possam acompanhá-los.

Conforme relato da professora de Apoio Pedagógico o que está sendo feito desde 2014 é o acompanhamento dos professores com as mesmas turmas nos anos seguintes. Por exemplo, o professor de Língua Portuguesa que trabalhou com as turmas de 2015 acompanha as mesmas turmas em 2016. Dessa forma, espera-se que o professor saiba da condição de aprendizagem de cada aluno.

A apresentação dos resultados em gráficos é importante, pois permite que os professores visualizem o resultado em todos os componentes curriculares, e isso causa impacto nos docentes, principalmente naqueles cujos resultados foram baixos. No entanto, apresentar somente os dados não resolve muito o problema dos alunos com dificuldades. É necessário que os professores, juntamente com a equipe pedagógica e gestora, implementem ações que visem melhorar o desempenho dos alunos, fazendo os devidos registros das dificuldades, para posteriormente averiguar se os discentes progrediram ou não.

Na realidade, o que se observa, é que não há nenhuma intervenção pedagógica efetiva voltada ao baixo rendimento escolar, ou seja, uma ação realizada pela equipe gestora que possa impactar na aprendizagem dos alunos. As ações realizadas pela escola têm se limitado ao repasse de informações em gráficos, deixando a responsabilidade apenas para os professores.

Mas, percebe-se que na opinião da gestão escolar e sua equipe tudo parece estar indo bem. Entretanto, na opinião dos professores, quando se trata de sala de aula, nota-se outro entendimento. Segundo a Professora de História, que atua no magistério há mais de 20 anos e trabalha na escola desde 2010: “As dificuldades na escola em relação aos alunos que trabalho é a falta de interesse, a indisciplina, a falta de leitura e interpretação. Vejo que essa deficiência

interfere no rendimento escolar.” (Entrevista realizada com a professora de História. Tabatinga, 2016).

Ao conhecer a opinião de outros professores, pode-se observar que as visões de cada um são diferentes sobre as dificuldades de rendimento escolar, e apontam vários aspectos para justificar o problema. A Professora de Língua Portuguesa, que atua no magistério há pouco mais de 3 anos e está na escola desde 2013, disse: “Vejo que a problemática está na base, os alunos não foram bem preparados para enfrentar essa carga horária de muitos professores administrando várias disciplinas. Isso acaba acarretando muitos problemas na vida do aluno.” (Entrevista realizada com a professora de Língua Portuguesa. Tabatinga, 2016). De acordo com Lisboa e Koller (2005), é necessário que a criança possua uma rede social e afetiva de suporte, que esteja disponível para auxiliá-la quando há problemas com sua escolarização. As autoras ressaltam a necessidade de pais e professores estarem atentos e agirem em parceria.

É verdade que em uma sala de aula encontramos alunos com mais facilidade na aprendizagem do que outros, mas isso não quer dizer que o aluno não seja capaz de aprender. O fato de que numa sala de aula há vários professores que ministram componentes curriculares diferentes, não faz com que o aluno não consiga acompanhar e aprender os conteúdos das aulas. É preciso que o professor busque alternativas para que o aluno possa melhorar seu desempenho.

A base, como diz a Professora de Língua Portuguesa, pode não ter sido satisfatória, mas o aluno deve se esforçar para acompanhar os demais e buscar ajuda, seja com os professores ou em casa, com os pais. Se há dificuldade no aprendizado cabe aos envolvidos, ou seja, a escola, a família e o próprio aluno podem buscar meios de tornar o aprendizado mais fácil e agradável. Quem sabe, seja também, o professor que precise de mais preparação, pois o aluno está na escola para aprender e precisa estar aberto ao conhecimento, com motivação e estímulo. Nesse sentido, Gomes (2005) afirma que:

O que se pretende é que o magistério precisa compreender e aderir à inovação, ser valorizado, ter mais tempo para se dedicar aos alunos e ter certa experiência para enfrentar os desafios de uma proposta complexa. Outros esteios são os alunos e suas famílias, que precisam de acompanhamento, de compreender as inovações e apoiá-las. Os docentes precisam também de uma formação continuada eficaz, junto à escola e não em programas de massa, além de jornada ampliada. Aliás, os professores que tinham sucesso com alunos “difíceis”, isto é, os mais aptos a lidar com a diversidade, eram mais favoráveis à inovação. O projeto pedagógico precisa envolver toda a comunidade escolar. Evidentemente, o diretor e a coordenação devem apoiar o projeto e haver clima favorável na escola à aprendizagem. Os alunos, por seu lado, precisam ter mais tempo letivo para

melhorar a sua aprendizagem, desde que esse tempo não seja a repetição do que se faz no tempo usual. (GOMES, 2005, p. 23).

De acordo com Gomes (2005), percebemos que a problemática que envolve o ensino-aprendizagem do aluno é bem mais ampla, visto que todos os envolvidos no processo educacional devem estar cientes de suas responsabilidades para que a aprendizagem dos discentes aconteça de forma satisfatória. Mediante dificuldade de aprendizagem, o professor não pode dizer que o aluno é um problema, ele precisa detectar a causa das dificuldades discentes e, assim, propor soluções. É preciso que o docente saiba administrar seu trabalho de modo a deixar o aluno estimulado.

Em relação a esse assunto, o Professor de Matemática, que ministra aulas há mais de 10 anos e iniciou suas atividades docentes este ano nesta instituição, quando indagado sobre a motivação dos alunos, afirmou: “Como em qualquer escola, é a falta de interesse dos alunos, por mais que se queira fazer algo diferente, não é aceito pela maioria e não tentam sequer dar sugestões...” (Entrevista realizada com o professor de Matemática. Tabatinga, 2016).

Pelo que se pode analisar da fala do professor, ele procura trabalhar de forma diferenciada, mas é o aluno que não tem interesse. Nesse sentido, ao analisarmos o conjunto de informações transmitidas pelos docentes nas entrevistas, são indicados alguns problemas que afetam o processo escolar, tais como, a falta de interesse e de motivação pelo estudo, o que acarreta o baixo rendimento. Porém sempre julgam ser o aluno o maior culpado. Como explicam Marcondes e Sigolo (2011, p.5), “as possíveis ações educacionais excludentes e discriminatórias não são indicadas”. Não houve, portanto, na fala da maioria dos professores o relato de uma nova experiência com os alunos, uma nova metodologia, uma preocupação de como estão exercendo as suas práticas pedagógicas.

Aparentemente docentes e equipe gestora se acomodaram com a situação e pouco se faz em relação ao baixo desempenho que acaba implicando na continuidade do processo de distorção idade-ano que, apesar de ter reduzido ainda é um desafio a ser superado. Na seção seguinte, será abordada com mais detalhes essa temática, foco deste trabalho.

2.3.2 Distorção idade-ano: conceito e principais causas

O fenômeno da distorção idade-ano é um objeto de estudo importante para a política educacional, visto que as escolas vêm sofrendo impactos causados pelas taxas de reprovação e evasão que influenciam no desempenho dos alunos e, conseqüentemente, no fluxo escolar. Segundo Moreira (2013), o aluno é considerado em situação de distorção ou defasagem

quando a diferença entre a sua idade e a idade prevista para o ano de escolaridade é de dois anos ou mais. A autora argumenta que as principais causas apontadas em pesquisas são a evasão e o abandono escolar, mas, que existem causas primárias que contribuem para estas, e apesar de, muitas vezes, estarem intimamente ligadas à situação socioeconômica do aluno, isso nem sempre é fator determinante.

Colaborando com a visão de Moreira sobre a questão socioeconômica, Júnior e Suhett (2014, p.10) destacam que:

Alguns alunos, por necessidade, abandonam a escola para que possam, muitas vezes, auxiliar seus familiares na renda mensal, abrindo mão da formação como educando para se transformarem em trabalhadores. Esse abandono gera ao mesmo um atraso na vida escolar, acarretando ao desinteresse em frequentar o ambiente educacional.

Os referidos autores, ao conceituar o termo distorção idade-ano, afirmam que:

quando o aluno (re) ingressa na escola tardiamente ou sofre reprovação estará em atraso escolar, ou seja, com idade superior a esperada para aquela etapa escolar. A distorção idade/série é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar (JÚNIOR e SUHETT, 2014, p.18)

Sendo assim, quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois ou mais anos, acaba acarretando a repetência de um ano escolar, gerando a distorção idade-ano.

Partindo desses pressupostos, buscamos coletar informações juntos àqueles que vivenciam essa problemática na escola. Quando questionados sobre a distorção idade-ano, os professores apontaram opiniões comuns sobre o que é esse problema e as dificuldades que encontram nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Essas, de modo geral, foram atribuídas à falta de interesse dos alunos, à indisciplina, dificuldades na leitura e interpretação, conforme já vimos anteriormente. Mas, os docentes também citaram outros fatores que influenciam nessas dificuldades, como a falta do acompanhamento dos responsáveis pela escola. Segundo eles, muitos pais deixam de comparecer às reuniões, alegando estar trabalhando ou não terem tempo para ir à escola por outras razões. Nesse caso, para os professores, se o aluno percebe que ninguém o acompanha, fica mais fácil não se empenhar na escola, o que favorece as reprovações ou o abandono escolar.

Isso é perceptível ao analisar o Livro de Atas de reuniões da escola, principalmente nas turmas de adolescentes. Ao comparar a frequência dos pais ou responsáveis de alunos nas reuniões bimestrais, foi possível constatar que, nas turmas dos Anos Iniciais os pais

comparecem em sua maioria, enquanto nas turmas dos Anos Finais são mais ausentes. Outro dado observado é que, de acordo com o registro de frequência dos pais dos alunos dos Anos Finais, nas reuniões, geralmente os que não comparecem são os pais dos alunos que mais precisam de acompanhamento, uma vez que, apresentam problemas de aprendizagem na escola.

Conforme a gestora da escola, é de seu conhecimento que muitos pais trabalham e nem sempre são liberados para ir às reuniões de seus filhos, mesmo sendo avisados com antecedência sobre o horário e o dia da reunião. É o que acontece, segundo ela, nos encontros de pais da Escola Estadual Carmen Miranda. Complementa ainda dizendo que há uma equipe na escola que atende aos pais ou responsáveis que deixaram de participar das reuniões para conversar e tratar dos assuntos que foram abordados, mas que mesmo com essa estratégia nem todos comparecem. Porém, não há registros desses pais que vêm à escola somente após as reuniões.

Contribuindo com as colocações da gestora, a professora de História afirma que a família é importante no processo educacional das crianças, mas, muitas vezes o que impede o acompanhamento familiar é o trabalho dos pais. Quanto à distorção diz o seguinte:

Acredito que seja por falta de estudo por parte dos pais e por morarem na zona rural e seus filhos precisam ajudar no trabalho que é meio de sobrevivência. E quando procuram a escola já estão fora da idade (Entrevista realizada com a professora de História. Tabatinga, 2016).

Nesse caso, a professora se refere aos pais que residem nas comunidades ribeirinhas, e que, muitas vezes, quando precisam de ajuda na lavoura, os filhos acabam desistindo da escola e retardam os estudos. Segundo Expoente (2014, *apud* JUNIOR e SUHETT 2014, p. 20):

[...] os alunos por ajudarem no sustento familiar através do trabalho precoce, podem, futuramente, enfrentar sérios problemas em sua educação, como a repetência e o atraso escolar, fato que leva o aluno a distorção em relação aos demais da mesma idade. Tal fato gera um círculo vicioso, por ter repetido a série, o aluno pode acabar abandonando os estudos para se dedicar de vez ao trabalho, já que muitas vezes recai sobre ele o rótulo de “fracassado” por não ter tido um desempenho escolar adequado.

Ao analisar os dados sobre o nível de escolaridade dos pais dos alunos dos Anos Finais que participaram como sujeitos nessa pesquisa o que se observa é que os mesmos possuem baixa escolaridade. Vejamos a Tabela 14, a seguir:

Tabela 14 - Nível de escolaridade dos responsáveis pelos alunos

Resposta	Quantidade de pais
- Não concluíram a 4ª série/5ºano	2
- Concluíram a 4ª série/5ºano	4
- Estudaram até 8ª série/9ºano	2
- Possuem o ensino médio completo	4
- Possuem o ensino superior	---
Obs.: Não responderam	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos na aplicação do questionário (2016).

Contudo, não se pode atribuir o problema da distorção ao baixo nível de escolaridade dos pais ou à falta dela, conforme destaca a professora de História. É claro que essa questão pode implicar no acompanhamento da aprendizagem de seus filhos, principalmente no que diz respeito às atividades cognitivas, mas não pode ser colocada como um fator determinante.

Em alguns casos de distorção idade/série o aluno abandona o ambiente escolar para suprir a renda familiar ou cuidar de irmãos mais novos, acarretando a evasão escolar cada vez mais cedo. Em outros casos, a desestrutura familiar, a falta de proficiência do corpo docente e a oferta de um ambiente escolar pouco atrativo contribuem para comportamentos indisciplinados, acarretando resultados num quadro de repetências (MOREIRA, 2013 *apud* JUNIOR e SUHETT 2014, p. 20).

Portanto, são inúmeros os fatores que acarretam o atraso no fluxo escolar. Com relação à repetência, buscou-se na pesquisa saber dos pais e alunos os motivos que levam alunos a repetir o ano. Os pais apontaram algumas de suas causas, conforme Tabela 15, a seguir:

Tabela 15 - Causas da repetência apontada pelos pais

Causas	Quantidade
- falta de interesse nos estudos	1
- excessivo número de faltas	1
- falta de interesse nos estudos e dificuldade de aprendizagem	2
- influência de colegas, dificuldade na aprendizagem e falta de interesse nos estudos;	3
- falta de reforço escolar	1
Obs: o filho nunca repetiu	7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos na aplicação do questionário (2016).

Conforme dados da Tabela 15, é possível perceber que para a maioria dos pais participantes da pesquisa, os filhos reprovam de ano devido à falta de interesse pelos estudos. Além disso, sete pais disseram que os filhos nunca reprovaram. É interessante que em análise ao questionário dos alunos, percebe-se que as opiniões apresentam alguns pontos comuns em

relação às respostas dos pais, mesmo tendo uma faixa etária entre 12 a 16 anos. O questionário envolveu 59 alunos do 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, conforme já mencionado, entre alunos do sexo masculino e feminino. Pela opinião destes alunos o motivo pela repetência é causado por vários fatores, conforme se observa com os dados da Tabela 16, a seguir:

Tabela 16 - Causas de repetência apontadas pelos alunos

Causas	Quantidade
1. Mudança familiar	21
2. Necessidade de trabalhar para ajudar	7
3. Faltas contínuas por desinteresse nos estudos	6
4. Não gostava de ir à escola	10
5. Nunca repetiram	11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos na aplicação do questionário (2016)

Mesmo apontando fatores não muito diferentes aos apontados pelos pais, verifica-se que a maioria dos alunos afirmaram repetir de ano devido à mudança da família de um lugar para o outro, além disso, 11 alunos disseram que nunca reprovaram, e que durante a aplicação do questionário os pais disseram a pesquisadora que seus filhos já entraram com idade avançada na escola, por isso se atrasaram nos estudos. Essa mudança ocorre pelo fato de a família precisar ir para outra cidade e geralmente na metade do ano, sempre por motivo de trabalho ou porque não se adaptaram em determinado lugar. Nesse caso, a escola sempre recebe alunos tentando fazer com que se adaptem à nova turma, mas quase sempre o aluno leva certo tempo para isso, o que interfere no seu aprendizado e em certas situações leva à reprovação, causando o atraso escolar. Reforçando as discussões feitas até aqui, Prado defende que:

A repetência, o abandono e a evasão são problemas crônicos, que sempre estiveram presentes na história da educação escolar brasileira. Encontrando-se na origem do complexo problema da defasagem idade/série, o insucesso escolar tem sido uma deficiência grave, tanto para o aluno, levado à perda da autoestima, como para o sistema educacional como um todo, onerando significativamente os custos da educação pública (PRADO, 2000, p.49).

Sobre a entrada tardia na escola, Brandão afirma que:

[...] a distorção série/idade atinge fortemente os alunos da rede pública e é mais intensa no final do ensino fundamental indicando, simultaneamente, a entrada tardia na escola, por parte daqueles segmentos da população que dependem da escola gratuita para se escolarizar, e as dificuldades de uma

escolarização básica regular - sem repetências ou interrupções - por parte de um contingente significativo da população escolar. (BRANDÃO, 2000, p. 42).

Verificou-se também na Tabela 16 que o desinteresse pelo estudo e a falta vontade de ir à escola também predominam nas respostas dos alunos, o que não deixa de ser uma preocupação, uma vez que, se nota uma falta de motivação por parte deles. O professor confirma essa situação relatando em sua fala:

A maioria é falta de interesse do próprio aluno e também dos pais que não incentivam para que continuem. Tem também o caso de meninas que engravidam e isso compromete a sua permanência na escola causando a distorção (Entrevista realizada com o professor de Matemática. Tabatinga, 2016).

Além das causas apontadas anteriormente, o professor de Matemática ainda enfatiza a gravidez na adolescência também como causadora da repetência, o que conseqüentemente gera a defasagem idade-ano. Já a Professora de Ciências, formada em Biologia, com mais de 5 anos de experiência na educação e que iniciou suas atividades docentes esse ano (2016), em seu comentário quanto a essa questão, volta a frisar sobre a questão da ausência de acompanhamento dos pais.

Acredito que existe uma série de fatores que podem influenciar, mas há um que considero principal que é a falta de acompanhamento dos pais, deixando a responsabilidade toda por conta da escola e isso motiva o aluno para a falta de compromisso (Entrevista realizada com a professora de Ciências. Tabatinga, 2016).

Observa-se, diante das respostas dadas pelos professores de sala, que não houve por parte deles uma reflexão sobre a sua prática pedagógica, buscando sempre os culpados pelos problemas dos alunos na escola. As questões sociais que afetam a vida dos educandos não são compreendidas pelos docentes, acreditando já estarem fazendo a sua parte na escola. Ou seja, a todo momento responsabilizam os discentes e os pais. Sobre esse aspecto Bencini et al (2003) afirmam:

A escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais para informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim eles vão se sentir comprometidos com a melhoria da qualidade escolar (BENCINI et al, 2003, p. 38).

Dentro dessa perspectiva é que a escola, por sua maior aproximação às famílias, constitui-se em instituição social importante. Assim sendo, deve buscar mecanismos que favoreça um trabalho em favor de uma atuação que mobilize a integração escola e família.

Buscando conhecer a visão daqueles que atuam na parte pedagógica fora de sala de aula, como a professora de Apoio Pedagógico e coordenadora do Mais Educação, percebe-se alguns pontos comuns em suas colocações. Sobre a questão de distorção escolar, a coordenadora do Programa Mais Educação diz:

Continuo insistindo que a desmotivação é a causa de alunos interromperem os estudos. Muitos repetem o ano por falta de interesse e também por não ter sido trabalhado a base ou por acontecer alguma coisa no decorrer dessa formação, aí então, ele repete de ano. Acredito que a escola precisa trabalhar a autoestima, a valorização com esses alunos para que possam perceber que a aprendizagem contribui para o futuro de sua formação (Entrevista realizada com a Coordenadora do PME. Tabatinga, 2016).

Na fala da coordenadora, além de apontar fatores já mencionados pelos professores, já se observa certa preocupação com a prática pedagógica dentro da escola. Trabalhar a autoestima do aluno é primordial para mantê-lo na escola visto que muitos precisam ser motivados e estimulados a desenvolver suas potencialidades, e, quando fazemos isso descobrimos diversas capacidades no aluno. É uma questão que deve ser levada em consideração, pois, os alunos, quando questionados se gostavam de estudar, a maioria, ou seja, 43 responderam que sim; 12 disseram que às vezes; dois raramente e dois não opinaram.

Quanto à visão da profissional de Apoio Pedagógico sobre a distorção idade-ano na escola, ela emitiu sua opinião do seguinte modo:

São vários os fatores que causam a distorção, um deles percebo que é a desmotivação, outro fator é a questão da gravidez precoce e a desistência em ter que trabalhar para ajudar os pais. Então a situação econômica contribui para o sucesso ou o fracasso escolar do aluno (Entrevista realizada com o Apoio Pedagógico. Tabatinga, 2016).

Dentre outros fatores já mencionados, assim como a coordenadora do Programa Mais Educação, a professora de Apoio Pedagógico também cita o fator desmotivação. De acordo com Moreira (2013 *apud* JUNIOR e SUHETT, 2014, p. 20): “Quando o aluno não encontra interesse pela educação ofertada, os níveis de desistência e reprovação aumentam, interferindo no Índice de Desenvolvimento Educacional”. Dessa forma, trabalhar a motivação seria um dos passos que a escola poderia promover. Júnior e Suhett (2014), seguindo a opinião de

Piletti (1993), acreditam que a motivação é um fator fundamental no processo de ensino e aprendizagem, pois, sem motivação não há uma aprendizagem satisfatória. Salientam que “pode ocorrer aprendizagem sem professor, sem livro, sem escola e sem outros recursos, mas mesmo que todos esses recursos estejam presentes no processo, se não houver motivação, não haverá aprendizagem” (idem, p. 15).

Em análise dos dados, é possível perceber o baixo nível de motivação dos alunos, que vai desde a falta de interesse pelos conteúdos dados pelos professores, se estendendo às atividades fora da sala de aula, segundo a opinião de alguns professores. Esse desinteresse faz com que ocorra a desistência, o que posteriormente vai ocasionando a distorção idade-ano. De acordo com Garcia e Schimidt (2007, p. 161):

[...] uma das grandes questões apontadas hoje, nos debates em torno da problemática do ensino, relaciona-se com as dificuldades dos professores para concretizar, em sala de aula, as renovações do conteúdo e as inovações pedagógicas que são produzidas em diferentes instâncias dos sistemas educativos.

Por isso, é importante lembrar que a escola tem o compromisso de formar cidadãos e para isso, precisa promover ações que contribuam para a solução dos problemas que enfrenta, dentre eles a distorção, foco desta pesquisa. Porém, é preciso que a equipe escolar esteja sempre receptiva. Assim, a escola terá os pais como parceiros nesse processo educativo. Da mesma forma, procurar conhecer e entender o aluno quando este apresentar quaisquer problemas, pois assim a escola estará cumprindo sua função inclusiva. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as escolas têm a obrigação de manter uma articulação com as famílias e os pais devem ter o compromisso no processo pedagógico.

No entanto, diante dos depoimentos dos profissionais que trabalham na Escola Estadual Carmen Miranda, percebe-se que estes professores, em sua maioria, sempre procuram responsabilizar os fatores externos à escola pelos problemas de aprendizagem dos alunos. Nunca é a sua prática pedagógica. Com isso, há uma necessidade urgente de a escola em estudo fazer uma reflexão sobre suas práticas educativas para que haja a interação de todos. Diante dessas discussões que envolvem vida escolar e sociedade, cabe uma reflexão de Paulo Freire. Segundo ele:

[...] a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a opção é progressista, se não se está a favor da vida e

não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho senão viver a opção que se escolheu. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se faz (FREIRE, 1999, p. 18).

Por isso, a importância de uma gestão escolar que se preocupa em fazer da escola um ambiente adequado, encontrando meios para que toda a comunidade escolar participe de forma ativa em todos os eventos organizados pela instituição, visto que quando todos participam de forma ativa, todos também se sentem responsáveis pela escola. Todos precisam fazer uma reflexão e não apenas encontrar culpados. Na próxima seção serão abordadas as ações que os profissionais da Escola Estadual Carmen Miranda acreditam ser essenciais para a diminuição do elevado índice de distorção.

2.3.3 Ações e Políticas voltadas para a redução da distorção idade-ano

Devido à problemática da distorção idade-ano nos Anos Finais do Ensino Fundamental, muitas escolas têm implantado programas e projetos de aceleração do fluxo escolar, os quais visam atender aos alunos que se encontram em determinado nível de escolaridade, fora de sua faixa etária. É o caso de escolas que possuem, por exemplo, o Projeto Avançar (AMAZONAS, 2005) e a EJA. Segundo informações da SEDUC-AM, estas modalidades de ensino são implantadas na escola dependendo da demanda de alunos com distorção, cuja solicitação é feita pela gestão escolar no ato da formação de turmas de um ano para o outro.

Cunha (2012) defende a importância de considerar a forma como a escola se organiza em sua estrutura administrativa e política, o que envolve uma gama de fatores importantes que determinam os rumos dos resultados. Quanto a isso, afirmam que “as políticas públicas educacionais vêm valorizando a gestão escolar como um meio que pode contribuir de forma significativa para a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos” (CUNHA, 2012, p. 3).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013) o que se objetiva é transformar a educação no Brasil. Por isso, o predomínio de debates acerca de melhorias na qualidade da educação. Conforme as diretrizes da educação, o propósito é

[...] buscar prover os sistemas educativos em seus vários níveis (municipal, estadual e federal) para que crianças, adolescentes, jovens e adultos que

ainda não tiveram oportunidade possam se desenvolver plenamente, recebendo uma formação de qualidade correspondente à sua idade e nível de aprendizagem, respeitando suas diferentes condições sociais, culturais, emocionais, físicas e étnicas (BRASIL, 2013, p.4).

Todas essas diretrizes estão em consonância com o que estabelece a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a LDB (BRASIL, 1996). Agora, cabe aos governos efetivarem os direitos das crianças, jovens e adultos para que tenham uma educação condizente com suas necessidades e peculiaridades.

É importante que os programas desenvolvidos pelo governo, com o intuito de atender às especificidades de cada escola, cheguem acompanhados de todos os instrumentos necessários para desenvolver as potencialidades dos alunos. Para isso, é importante que professores e gestores se utilizem das Resoluções do Conselho Nacional de Educação: nº 4, de 13 de julho de 2010 que fixam orientações sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010a); nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos (BRASIL, 2010b), e a n.2, de 30 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos e Ensino Médio, de forma eficaz, assim como os materiais disponibilizados pelo governo para serem trabalhados com os alunos.

Nesse sentido, surge a necessidade de conhecer, nesta pesquisa, as ações que a Escola Estadual Carmen Miranda pode desenvolver para minimizar o problema da distorção idade-anos na escola, visto que ainda é uma realidade bastante presente. Os entrevistados, de modo geral, opinaram pela implementação de projetos que auxiliem na correção da distorção, como podemos observar pelas respostas de alguns professores e da Coordenadora do Programa Mais Educação. Segundo a coordenadora:

Tem o Projeto Avançar, mas a escola ainda não implantou e seria muito interessante trabalhar o projeto, pois seria feito no contra turno e com certeza esse acompanhamento poderia sanar essa dificuldade. [...]. Os professores através do programa Mais Educação procuram trabalhar as dificuldades [...] principalmente dos alunos das séries/anos finais que apresentam distorção (Entrevista realizada com a Coordenadora Programa Mais Educação. Tabatinga, 2016).

Ao analisar a fala da coordenadora, nota-se que a docente não conhece a estrutura do Projeto Avançar, visto que esse projeto não funciona no contraturno e sim nos horários normais de aula. De fato, o Projeto Avançar ainda não foi implementado na escola e em

nenhuma outra instituição da cidade. Sabe-se que o Projeto Avançar visa diminuir o índice de distorção com até dois anos de atraso escolar, através de uma metodologia diferenciada e, utilizando a interdisciplinaridade busca uma aprendizagem mais significativa para os alunos com escolaridade tardia (AMAZONAS, 2005).

O professor de Matemática, sobre o problema da distorção, fala do Programa Mais Educação, visto que a Matemática é uma disciplina contemplada nesse programa, como alternativa para melhorar as dificuldades dos alunos:

A escola tem o Programa Mais Educação, o qual vem recurso para que sejam desenvolvidas atividades na área de Língua Portuguesa, Matemática, Artes e Danças para que os alunos se sintam motivados e possam ter um melhor rendimento escolar (Entrevista realizada com o Prof. de Matemática. Tabatinga, 2016).

Mesmo citando algumas ações do programa, o professor de Matemática não o conhece em sua totalidade. Esse consiste no desenvolvimento de atividades que expandem o tempo diário de aula de 4 para 7 horas, ampliando oportunidades educativas dos estudantes sempre com acompanhamento pedagógicas. Porém, o que se observa é que o Programa ainda está aquém daquilo que a escola almeja, pois, as aulas de reforço, que poderiam ser ministradas por um professor da área, têm que ser realizadas por um monitor, podendo ser este, alguém sem vínculo empregatício, como por exemplo, um aluno universitário ou do Ensino Médio, desde que tenha maioridade. Além disso, a escola não está adequada para atender às atividades do Mais Educação, visto que, de acordo com a proposta do programa, o aluno deveria chegar na escola às 7 horas e retornar para casa às 15 horas, de modo que os alunos permanecessem direto na escola durante o almoço e com espaço adequado para descanso. No entanto, a escola não possui estrutura física e de pessoal para dar a assistência necessária durante todo o período de permanência dos alunos na escola.

Segundo relato da gestão da escola, nas aulas de Artes e Dança os alunos participam mais efetivamente, mas quando se trata das disciplinas cognitivas (Português e Matemática), não há tanto interesse. Além disso, argumenta que os alunos têm mais interesse em participar das atividades socioculturais do Programa do que das aulas no horário normal. É nesse sentido que também se questiona: o que os professores estão fazendo para atrair os alunos para a sua aula? Será que sabem utilizar os recursos pedagógicos, seja de mídia ou outros para inovar as aulas? E a equipe gestora da escola, tem realizado um monitoramento do trabalho do professor? Não se pode culpar apenas os alunos, a escola é um todo, e é necessário que os alunos sejam estimulados para os estudos.

Outra ação apontada pelos professores em meio entrevista foi a efetivação do PPP da Escola Carmen Miranda, pois, verificou-se, por meio das informações dadas, que a escola não possui um Projeto Político Pedagógico concluído. O que há é um esboço que dá direcionamento às atividades escolares e sua equipe pedagógica. Conforme a Coordenadora do Programa Mais Educação: “[...]todos sabem da sua importância na escola”. (Entrevista realizada com a Coordenadora do Programa Mais Educação. Tabatinga, 2016).

A coordenadora deixou claro que haverá a continuação da construção do PPP, dizendo:

O PPP é de fundamental importância para a escola e também precisa de maior empenho em sua conclusão. A escola não elabora o Projeto Político Pedagógico apenas pelo lado legal da instituição, mas pela necessidade de inovar coletivamente o cotidiano escolar. Além de normatizar e estabelecer metas a serem alcançadas” (Entrevista realizada com a Coordenadora do Programa Mais Educação. Tabatinga, 2016).

De fato, com o Projeto Político Pedagógico, a escola terá um instrumento que norteará os rumos que deverá tomar frente aos desafios que enfrenta. Diante da falta do Projeto Político Pedagógico é preciso ressaltar que os professores entrevistados prezam por um planejamento próprio de suas atividades. O planejamento a qual se referiram nos depoimentos são os bimestrais, elaborados de acordo com a Proposta Pedagógica do Regimento Geral das Escolas Estaduais (AMAZONAS, 2014) e que são adaptados de acordo com a realidade da escola e dos alunos.

Percebe-se também que, diante das colocações da gestão da escola, o apoio pedagógico precisa se impor mais diante dos professores e juntos elaborarem ações para melhorar a aprendizagem e as dificuldades dos alunos, pois durante o planejamento semanal os professores planejam sozinhos. Além disso, afirma que “poucos professores buscam inovar suas aulas conforme o planejamento bimestral. No final do bimestre querem resultados positivos, o que dificilmente vai ocorrer, pois não alteram suas práticas pedagógicas”. Nesse sentido, Perrenoud (2000, p. 56) afirma que:

Não basta mostrar-se totalmente disponível para um aluno: é preciso também compreender o motivo de suas dificuldades de aprendizagem e saber como superá-las [...]. Certas aprendizagens só ocorrem graças a interações sociais, seja porque se visa ao desenvolvimento de competências de comunicação ou de coordenação, seja porque a interação é indispensável para provocar aprendizagens que passem por conflitos cognitivos ou por formas de cooperação.

Com isso o autor aponta para a necessidade de repensar e reavaliar os meios e os fins do fazer pedagógico, de forma que o aluno, ator mais importante da instituição, tenha uma aprendizagem satisfatória. É importante ressaltar que, se a escola quer realmente um bom desempenho dos alunos, é preciso que reveja alguns conceitos e busque junto com estes alunos a melhor forma de conseguir alcançar a meta traçada.

Para resolver os problemas na educação brasileira, principalmente o referente à repetência, e os a ela derivados, nas últimas décadas, políticas de melhoria da qualidade do ensino foram criadas pelo governo, com destaque para a implantação de programas de correção de fluxo escolar. Assim, as esferas públicas governamentais passaram a ter maior autonomia para colocar em prática suas políticas.

De acordo com Tarocco Filho et al (2013, p.69), o Brasil teve um avanço, nas décadas de 1990 e 2000, em vários indicadores da educação. Contudo, ainda está longe do ideal, como é o caso da reprovação e do abandono, que, apesar de representarem uma queda, ainda é um problema a ser superado, visto que essas taxas aumentam os custos com a educação. As diferenças educacionais também são percebidas dentro do próprio país, quando analisados os resultados entre as regiões brasileiras. A região Nordeste, por exemplo, apresenta os piores resultados na maioria dos indicadores. Isso mostra que o Brasil precisa melhorar a qualidade do ensino e o nível de aprendizado dos alunos, ainda que seja necessário priorizar determinadas regiões. A taxa de distorção idade-série, segundo Vidal (2007, p.70 *apud* TAROCCO FILHO et al, 2013):

Parece fundamental para a política educacional de um país, visto que apresenta impactos diretos sobre a eficiência e eficácia do sistema educacional e se relaciona com um conjunto de variáveis qualitativas e quantitativas da educação, dentre elas: taxa de reprovação, repetência, condições de infraestrutura, que indiscutivelmente, influência de maneira direta o desempenho dos alunos.

A Escola Estadual Carmen Miranda precisa realizar ações de correção de fluxo, visto que, mesmo com a redução desta problemática, nos últimos anos, o número de alunos que se encontram fora da faixa etária nos Anos Finais ainda é grande. Mas que sejam ações que envolvam todos os alunos sem exclusão. De acordo com Dourado (2005), levando em consideração os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 2003, no Brasil, a questão da distorção é o resultado da cultura da exclusão e reprovação que ainda persiste no contexto educacional. Conforme o pesquisador:

Uma análise dos indicadores do SAEB de 2003 já permite alguns dados reveladores dos processos de exclusão vivenciados nas escolas brasileiras na medida em que estes apontam que 24.8% dos alunos do ensino fundamental são reprovados, sendo 13.3% na 1ª a 4ª séries e 11.5% na 5ª a 8ª. Assim, a cultura da reprovação tem sido internalizada no sistema educativo, tanto por alunos quanto por professores. Outro dado relevante refere-se às taxas de abandono que nas quatro primeiras séries é de 7,5% e nas séries finais do ensino fundamental atinge os 12%. Analisar esses indicadores objetivando deslindar que condições e processos, internos e externos, favorecem a manutenção desses índices de abandono é tarefa complexa para aqueles que buscam alternativas consequentes para a superação do fracasso escolar (DOURADO, 2005, p.13).

Sendo assim, a distorção idade-ano deve ser um problema que merece ser tratado com atenção, principalmente quando a secretaria de educação desenvolve projetos de reforço na escola. Pois, conforme a gestão da escola, muitas vezes, a SEDUC elabora projetos tentando corrigir o fluxo escolar, mas não oferecem condições para que os mesmos sejam desenvolvidos de forma satisfatória.

Verifica-se nessa análise que a distorção é um problema grave e que não surgiu recentemente. É uma situação escolar que vem se arrastando por muitos anos atrás. Ela é um dos fatores que impossibilita a correção desse fluxo escolar.

Pelos dados mostrados na pesquisa, ficou claro que vários são os fatores que levam a distorção, cada um com sua justificativa, mas que, levando em consideração o lado de aprendizagem se torna um grave problema. Então, no anseio de melhorias é que se propõe uma ação interventiva que venha auxiliar no trabalho escolar de forma a minimizar o problema da distorção idade-ano na escola.

Após analisar os dados obtidos na pesquisa, vê-se que a problemática da distorção idade-ano na Escola Estadual Carmen Miranda vai além do problema da reprovação e do abandono escolar, visto que esses índices estão diminuindo ao longo dos anos. Verificou-se que existem outros fatores causadores, como, a entrada de alunos tardiamente na escola e os novos alunos com distorção que entram na escola todos os anos, a falta de interesse e motivação dos alunos, o que leva à repetência, ausência de reflexão e debate sobre a prática pedagógica em sala de aula.

Além desses, há outros que estão implícitos, como é o caso da ausência do Projeto Político Pedagógico da escola que prejudica ações de regularização de fluxo escolar, da formação continuada dos apoios e professores e os projetos de sala. Devido a essa realidade na escola pesquisada foram pensadas algumas ações que implicarão na redução da distorção idade-ano e que serão descritas no capítulo 3, a seguir.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: POSSIBILIDADES PARA MINIMIZAR O PROBLEMA DA DISTORÇÃO IDADE-ANO NA ESCOLA CARMEN MIRANDA

O presente capítulo objetiva apresentar as propostas do Plano de Ação Educacional para que a gestão da escola possa desenvolver as ações objetivando promover a minimização dos problemas da distorção idade-ano identificados durante a pesquisa de campo realizada na Escola Carmen Miranda nas turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

A distorção é um problema que afeta as escolas devido a diversos fatores, mas, sobretudo pelo baixo desempenho escolar, pois alunos que vivem esse contexto, na maioria dos casos, se encontram desmotivados, e não veem a escola como um ambiente agradável e atrativo, espaço de possibilidades de transformação pessoal, interpessoal e profissional. Ainda assim, objetivou-se apontar ou elencar esses fatores e então propor alternativas, afim de sanar ou amenizar o problema. Pela análise feita a partir dos dados obtidos em pesquisa, observou-se a necessidade de propor ações interventivas que possibilitem a minimização do problema da distorção idade-ano.

De acordo com os pais, professores, alunos, apoio pedagógico, coordenadora do Programa Mais Educação e direção da escola, a causa da distorção na Escola Carmen Miranda está relacionada a fatores como falta de interesse pela escola e pelas aulas, bem como a chegada de novos alunos oriundos de outras escolas que, muitas vezes, são transferidos justamente por não conseguirem avançar em suas escolas de origem.

Neste terceiro capítulo, é apresentado um Plano de Intervenção com a proposição de alternativas para os problemas evidenciados no capítulo 2. O plano será composto por 4 ações e contará com a participação de diversos atores envolvidos no processo.

A primeira ação do Plano de Intervenção Educacional será a elaboração do Projeto Político Pedagógico, uma vez que a escola não dispõe desse documento, o qual é de fundamental importância para a comunidade escolar, pois é o PPP que direciona todo o trabalho da instituição.

A segunda ação visa à proposição de uma formação continuada para os Apoios Pedagógicos, visto que foi observada a falta de pedagogo na escola, e quem exerce essa função são professores de outras áreas, mas, que não conduzem o trabalho pedagógico de forma eficaz. Assim, viu-se a necessidade da realização dessa ação visando ao desenvolvimento e qualificação desses profissionais para lidar com as dificuldades enfrentadas pelos professores e com a pluralidade e dificuldades do aprendizado dos discentes com distorção.

A terceira ação do Plano visa implementar na escola o Projeto Aluno Nota Azul. Esse projeto pretende estimular os alunos a um melhor rendimento escolar. Neste projeto serão inseridas várias atividades como concurso de redação, torneios, simulados, todos devidamente organizados e acompanhados pelos professores-tutores e que envolverá toda a escola até o dia da culminância.

A quarta ação se dará em duas etapas: a primeira é fazer uma avaliação diagnóstica dos alunos com dificuldade de aprendizagem e a segunda é encaminhá-los para participarem do Projeto de Reforço Escolar, uma vez que, de acordo com os professores entrevistados, a maior dificuldade encontrada nos alunos é em Língua Portuguesa e Matemática. E como forma de minimizar o problema vê-se a necessidade de implementar o referido projeto com parceria de acadêmicos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que estão envolvidos no Programa Instituição de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID). Tal ação tem o intuito de corrigir o problema da distorção na escola e melhorar o rendimento escolar.

Espera-se, portanto, que essas ações possam contribuir de forma positiva aos anseios da instituição escolar. As ações aqui propostas estão direcionadas ao âmbito da gestão escolar e da formação, pois acredita-se que à medida que forem sendo executadas os resultados se efetivarão.

Na seção seguinte, as propostas de ações aqui elencadas, expõem as necessidades, dificuldades, bem como os custos e material humano que certamente serão necessários para a execução dos projetos.

3.1 PRIMEIRA AÇÃO: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS

A justificativa desta primeira ação está no fato de que, durante a pesquisa de campo, verificou-se quão é necessário o projeto político pedagógico na escola, pois é fundamental para a gestão e direcionamento que a escola necessita para cumprir com excelência a sua função de agente transformador da sociedade. É ele quem norteia a organização do trabalho escolar, sempre almejando o sucesso na aprendizagem dos discentes, que é a finalidade da instituição.

Sabe-se, contudo, que sua construção não pode ser feita por uma só pessoa ou uma equipe, mas por segmentos que dela fazem parte. Para isso, é preciso que se promova uma construção coletiva, pautada em várias formas de planejamento.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) reconhece na escola um importante espaço educativo e nos seus profissionais a competência técnica e política que os torna habilitados a participar da construção do seu Projeto Político Pedagógico.

A construção do Projeto Político Pedagógico é uma necessidade, não por estar diretamente ligada à distorção, mas ele deve conter ações que impactarão diretamente neste problema, visto que a escola necessita de um planejamento que organize o seu trabalho e a prática pedagógica, de modo que as ações implementadas sejam articuladas, sistemáticas, e em constante avaliação que possibilite ajustes e correção ao longo do processo de implementação e aplicação deste projeto, que é o vetor político-pedagógico da instituição.

Para elaborar planos de ação é preciso ter como referência o Projeto Político Pedagógico da escola. Além disso, sua construção é uma ação que requer um trabalho coletivo, pois se pretende envolver o máximo de colaboradores, os quais serão convidados a fazer parte dessa construção. Essa ação deverá ser realizada na própria escola, a partir do início do ano letivo e se estenderá por todo o ano de 2017, até a sua conclusão, pois como será a primeira vez que iremos elaborar o PPP da escola, estima-se que o tempo de conclusão será até o final do ano.

No caso da distorção, o PPP possui objetivos estratégicos para cada dimensão e suas ações refletem as prioridades. Atacar o problema da distorção idade-ano é uma prioridade, bem como regularizar o fluxo escolar, o qual se considera um grande desafio, pois o que se quer, o que se objetiva, é a diminuição do índice de reprovação e abandono, o que causa um dos maiores problemas da distorção, segundo Prado (2002), entre outros problemas.

Assim sendo, o processo acontecerá por etapas, serão realizadas assembleias, reuniões e oficinas em dependências da escola. A 1ª Etapa se dará com a realização de uma Assembleia na quadra poliesportiva da escola com a participação de toda comunidade escolar, com o objetivo de apresentar a importância da construção do Projeto, seus objetos e participação da comunidade em sua elaboração e execução. A 2ª Etapa se dará com elaboração efetiva do PPP em que serão realizadas 10 reuniões em 5 salas de aulas com cada grupo de trabalho atuando, simultaneamente, sob a supervisão de coordenação pedagógica. A construção do PPP acontecerá durante o ano letivo de 2017, com um encontro por mês, iniciando no mês de março e finalizando em dezembro. Os atores envolvidos no processo de construção do PPP serão subdivididos em 5 subgrupos com participação direta da gestora e apoios pedagógicos na coordenação, além dos professores, alunos, funcionários, pais e comunitários na composição dos grupos de trabalho. O subgrupo 1 será responsável em construir a seção que

define o Conceito e a Finalidade da Proposta Pedagógica da escola, ou seja, o que é e para que serve a Proposta Pedagógica; o subgrupo 2 será responsável em definir a Modelagem da Proposta: como estruturar a proposta pedagógica, quais os conceitos básicos e organização do processo pedagógico; o subgrupo 3 tratará dos Instrumentos de Operacionalização como: Identificação da escola, Análise dos resultados do desempenho dos alunos da escola e a Missão da escola; o 4 subgrupo tratará do Processo de aprendizagem e de ensino, e Planos de ensino: os conteúdos programáticos de cada componente curricular, observando as Propostas Curriculares para cada série, e de acordo com a realidade da escola, quais os conteúdos que deverão ser aplicados e trabalhados e o subgrupo 5 será responsável pela Metodologia de Ensino, Interdisciplinaridade e Transversalidade Sistemática de avaliação, tudo em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Enfim, o propósito será planejar e projetar o trabalho escolar a partir das prioridades, com foco na distorção idade-ano, visto que a pesquisa de campo apontou um expressivo número de alunos com este problema, este será discutido na coletividade. Referente a custos serão necessários subsídios para viabilizar a alimentação que será oferecida durante as oficinas, encontros e reuniões e para a aquisição de materiais de expediente que serão usados na elaboração de *folders*, cadernos, cartazes, *banners*, convites dentre outros materiais de impressão.

Quadro 1 – Construção do Projeto Político Pedagógico

O quê?	Quem?	Onde?	Quando?	Como?	Por quê?	Quanto?
Elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola.	Gestora, coordenadora, apoio pedagógico, professores, alunos, pais e representantes da comunidade.	Em 5 salas de aula, na própria escola.	A partir do mês de março até o mês de dezembro de 2017.	1ª Etapa – Reunião com toda a comunidade escolar no turno noturno, onde será apresentada a proposta e a importância do PPP e a formação dos grupos de trabalho formados por professores, alunos, funcionários, pais e comunitários e a eleição da equipe de coordenação; 2ª Etapa: Realização de 10 encontros (1 por mês) com os grupos de trabalho; 2ª Etapa – Reunião com toda a comunidade escolar para apreciação e votação das propostas de cada grupo de trabalho; 4ª Etapa – Apresentação da proposta finalizada para a comunidade escolar. OBS.: Todas as etapas do processo serão registradas em Ata contendo a assinatura dos participantes.	Para orientar o trabalho da escola por meio de diversas formas de planejamento, todas integradas no diálogo e na busca de solução dos problemas da escola com base na ação coletiva, e nesse caso, com foco no problema da distorção.	R\$1.500,00 Custos com material gráfico e com o <i>coffee-break</i>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A construção do PPP como primeira ação proposta é fundamental, não só pelos problemas identificados, mas, pelo fato de dar suporte às intervenções que serão realizadas para minimizar ou solucionar o problema da distorção idade-ano.

O PPP é a orientação da escola no cumprimento de sua função social, buscando assegurar o sucesso na aprendizagem do aluno, e dessa forma, partindo de uma articulação coletiva. Para tanto, deve seguir os passos acima descritos.

Dados os passos, deve-se dar início às discussões nos encontros e reuniões, em que se estabelecerão as metas de trabalho.

3.2 SEGUNDA AÇÃO: IMPORTÂNCIA DE UMA EQUIPE PEDAGÓGICA CAPACITADA NA CONDUÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

De acordo com o que foi observado, no que diz respeito ao trabalho realizado pelo apoio pedagógico da escola, com professores e alunos, se notou que o acompanhamento e o monitoramento pedagógico não ocorrem de forma eficaz, visto que não há registros dos problemas detectados. Afirma-se isso, pela falta de documentos que comprovem, por exemplo, que os professores realizam, de fato, ações que visem melhorar as dificuldades dos alunos em Português e Matemáticas quando esses apresentam baixas notas nos bimestres. No entanto, as notas altas aparecem nos boletins bimestrais dos discentes.

O registro dos problemas existentes na escola é extremamente necessário para que a equipe pedagógica possa trabalhar com metas a serem alcançadas e verificar se os alunos melhoraram seu desempenho de um bimestre para outro e que ao final do ano letivo sejam aprovados com grandes progressos. Esses registros devem ser executados e monitorados pelo apoio pedagógico para que problemas como a distorção possam ser evitados.

Assim sendo, a realização de uma formação contínua para os professores que atuam como apoio pedagógico se justifica por haver carência de pedagogo concursado e habilitado para exercer a função pedagógica na escola, uma vez que, quem atua como apoio pedagógico são professores de outras áreas, isso quando algum docente do quadro se propõe a exercer essa função.

No caso aqui exposto, o apoio pedagógico, como já foi dito, não desenvolve de maneira eficaz sua função. Então, o que se propõe não é um desvio de função, mas que se ofereça orientações e metodologias de atuação inerentes ao papel do pedagogo educacional, uma vez que, os apoios não são pedagogos de fato e de direito. Essa formação terá duração de cinco dias, com oito horas diárias, ministrada por especialista em Gestão Escolar, numa

parceria com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Na qual seria feita uma reflexão sobre a atuação do professor diante do trabalho de apoio pedagógico. A formação contemplará atividades tais como: mesa redonda para debates sobre os desafios enfrentados pelo profissional orientador-pedagógico, exposição, por parte dos formadores, de experiências exitosas de profissionais de outras instituições, oficinas com o objetivo de apresentar propostas com metodologias mais eficazes para o acompanhamento pedagógico, elaboração e construção de fluxo de rotina no ambiente escolar capaz de mudar e impactar a atuação do profissional, agora treinado e habilitado, e encerramento da capacitação com a socialização das proposições construídas durante a formação. A proposta desta formação é oferecer metodologias que direcionem as ações do apoio pedagógico para exercer, com mais eficiência, seu trabalho junto aos professores e alunos.

Nesse sentido, busca-se a realização de um trabalho que vise contribuir com a prática docente para a melhoria do ensino, tendo como foco a ação pedagógica, entendendo que o Pedagogo ou apoio pedagógico está diretamente ligado ao assessoramento de todas as atividades que envolvem o processo ensino-aprendizagem, visando um melhor planejamento, coordenação e execução das atividades desenvolvidas nas unidades. Para que as necessidades e aspirações da comunidade escolar, sejam atendidas de forma eficiente e para que os objetivos gerais da educação e os objetivos específicos da escola sejam efetivados de forma mais consistente, faz-se necessário a superação das dificuldades enfrentadas por esses profissionais no cotidiano.

Dáí a necessidade de uma formação continuada que garanta o desenvolvimento e aprimoramento desses servidores, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais e conseqüentemente, a garantia da qualidade do ensino ofertado, levando Pedagogos e Apoios a refletirem e aperfeiçoarem sua prática pedagógica.

A formação será ministrada com a parceria dos Pedagogos da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) de Tabatinga e acontecerá na primeira semana do mês de fevereiro do ano letivo de 2017 em uma das dependências da escola, e poderá ser estendida aos demais pedagogos e apoios das demais escolas estaduais. Os gastos com os formadores, com a alimentação e material didático utilizado será no valor de R\$ 1.000,00.

Quadro 2 - Formação para apoios pedagógicos

O quê?	Para quê? / Por quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Como?	Quanto custa?
Formação Continuada para os Apoios Pedagógicos	Conhecer as funções do Apoio pedagógico para viabilizar o trabalho de acompanhamento e monitoramento pedagógico com professores e alunos.	Gestora buscando parceria com Pedagogos da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) de Tabatinga	Na primeira semana do mês de abril do ano letivo – 2017. Em 5 dias com 8 horas diárias.	Em uma das dependências da escola.	Convite para a coordenação pedagógica da UEA para a realização de formação voltada para apoios pedagógicos estendendo a outros interessados. Esta atividade promoverá discussão sobre as atribuições do orientador pedagógico e proporá ações que auxiliem este profissional ao exercício de suas funções de forma mais eficaz.	Gasto com material didático e alimentação (R\$ 1.000,00).

Sobre a justificativa dada, percebe-se que há necessidade de formação desses professores que assumem esta função, para que possam exercer seu trabalho pedagógico de forma eficiente, resultando em melhor fluidez nas atividades do cotidiano escolar, sobretudo, impactando de forma positiva na atuação dos professores e possibilitando melhor desempenho escolar dos estudantes.

3.3 TERCEIRA AÇÃO: PROJETO ALUNO NOTA AZUL: POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Após analisar os dados da pesquisa de campo foi confirmada a existência de expressivo número de alunos com distorção idade-ano na Escola Carmen Miranda, sendo esta a escola que possui o maior percentual de alunos com distorção, dentre as demais escolas estaduais do Município de Tabatinga. Visando solucionar esse problema a implementação do Projeto Aluno Nota Azul na escola pesquisada seria uma forma de minimizar ou solucionar este problema.

O Projeto Aluno Nota Azul será uma ação que dará à escola a oportunidade de desenvolver várias atividades que levem o aluno a se sentir motivado a participar e assim tornar-se um aluno nota azul. Espera-se que, no geral, o resultado seja positivo. Toda escola possui suas peculiaridades, e para que toda ação obtenha êxito é necessário que todos os atores envolvidos no processo educacional sejam comprometidos para que os resultados sejam positivos. Sabemos que são muitos os desafios, mas, é preciso que ações sejam realizadas para que os problemas sejam solucionados.

Assim sendo, entendemos que implementar o Projeto Aluno Nota Azul é uma possibilidade de minimizar o problema da distorção idade-ano na escola, bem como de garantir a correção do fluxo escolar, visto que foi constatado na pesquisa que os índices de reprovação e do abandono na escola ainda são uma das causas da distorção, no entanto, estão reduzindo a cada ano. O que foi identificado como causa, também, da distorção foi a entrada tardia de alunos e a matrícula de novos alunos já com distorção oriundos de outras escolas estaduais e municipais.

Neste trabalho será necessária a participação de todos os professores que certamente trabalharão no projeto com alunos não só com distorção idade-ano, mas todos, e com isso alcançar os objetivos propostos.

Será necessário um planejamento, e isso deve ser feito por etapas, com tempo hábil para todos os envolvidos, ou seja, grupo gestor e comunidade docente e discente. Tais etapas de implementação do Projeto compreendem:

1ª Etapa: a partir do mês de março será necessário fazer um levantamento do quantitativo de discentes em distorção idade-ano, bem como daqueles que apresentam dificuldades em alguns dos componentes curriculares. Esta sondagem será realizada com dados obtidos pela secretaria da escola, junto aos apoios pedagógicos e professores de diferentes disciplinas. Será elaborado um gráfico por turma e por disciplina para ter-se uma melhor visibilidade da situação. Os alunos que tiverem nesta condição farão parte do Projeto Aluno Nota Azul.

2ª Etapa: no mês de abril será realizada uma campanha, junto ao corpo discente “Sou aluno nota azul” que consiste na divulgação do Projeto, a fim de motivar os alunos com baixo rendimento para que estes saiam da linha vermelha (notas baixas).

3ª Etapa: Os alunos com baixo rendimento serão acompanhados pelos professores e apoio pedagógico, com a elaboração de um plano de estudo e intervenção nas disciplinas críticas como Língua Portuguesa, Matemática e Ciências para ser aplicado nos horários e dias a se definir, de forma a motivar e oportunizar avanços e condições para acompanhar a turma sendo que a cada avanço, estes receberão uma premiação. Exemplo: na sexta-feira, nos últimos tempos de aula, terão direito a uma partida de futsal, vôlei, filme, aula de dança ou outra atividade escolhida por eles, com o acompanhamento do professor de Educação Física ou outro inserido no projeto.

4ª Etapa: Ao final de cada bimestre será promovido o campeonato “Aluno Nota Azul” com times envolvendo os alunos que fizeram parte do Projeto, mudando o foco do projeto já realizado pela escola, no qual só participava do campeonato quem tivesse o boletim cem por cento nota azul. Agora esta atividade será denominada Interclasse, tendo a participação de todos os estudantes.

Ao reformular o Projeto Aluno Nota Azul, tem-se o objeto de incluir estes alunos nas atividades complementares para que estes se sintam valorizados e parte integrante da escola, colaboradores e responsáveis com seu desempenho escolar e em elevar os índices de rendimento da escola.

Quadro 3 – Proposta de Implementação do Projeto Aluno Nota Azul

O quê?	Quem?	Por quê?	Quando?	Como?	Onde?	Quanto?
Implementação do Projeto Aluno Nota Azul .	Gestor, equipe pedagógica, professores e pessoal administrativo da secretaria da escola.	Para corrigir o problema da distorção idade-ano.	Todo ano letivo a partir de planejamento	Fazendo reformulação no que já é realizado Projeto Nota Azul com realização de algumas etapas que compreendem Atividades pedagógicas e esportivas.	Na própria escola	Gasto com material didático e esportivos utilizado nas aulas (Previsão de gastos: R\$ 5.000,00).

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Dados dos passos acima expostos vemos a implementação do Projeto Aluno Nota Azul como uma forma de solucionar o problema da distorção idade-ano na escola, bem como de corrigir o problema do Fluxo Escolar.

3.4 QUARTA AÇÃO: PROJETO REFORÇO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DE MINIMIZAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Pela pesquisa realizada na escola durante as entrevistas com os professores e apoio pedagógico da escola, um dos maiores problemas enfrentado pelos docentes é a dificuldade de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, por isso, justifica-se a proposição da Implementação do Projeto Reforço Escolar.

O objetivo do programa é reforçar o aprendizado dos alunos, beneficiando alunos matriculados no Ensino Fundamental com aulas extras que serão ministradas no contraturno escolar. O projeto será coordenado em parceria com uma equipe de monitores que estão devidamente preparados para participar de um projeto da UEA.

Para encaminhar o aluno ao Projeto Reforço Escolar, é necessário que os professores façam, previamente, o levantamento de alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem em Português e Matemática. Após o levantamento, os professores irão elaborar uma avaliação diagnóstica em conformidade com os conteúdos do ano escolar que o aluno se encontra cursando e que contemple a leitura e a escrita e as quatro operações matemáticas. A avaliação deve ser preparada com muita responsabilidade para que os professores avaliem os alunos com coerência. Pais e alunos serão comunicados, previamente, sobre a situação em que os

alunos se encontram através de uma reunião organizada pela equipe pedagógica da escola para que os pais possam autorizar seus filhos a realizarem a avaliação. Após esse processo, os professores de Português e Matemática aplicarão aos alunos a avaliação, haja vista que os docentes em suas entrevistas alegaram que a maior dificuldade dos alunos seria nesses componentes curriculares.

Após analisar o resultado das avaliações e fazer o diagnóstico do nível de aprendizagem e da dificuldade dos alunos, os professores farão a seleção dos que não conseguiram realizar as atividades propostas e organizarão as turmas para o Projeto. Os gastos previstos com material didático e gráfico para a confecção das avaliações será de Trezentos Reais. Em seguida, os professores com o apoio pedagógico e a equipe gestora da escola juntos solicitarão, através de ofício à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), um contrato de parceria de Acadêmicos do PIBID para que possam auxiliar na implementação do Projeto Reforço Escolar a ser desenvolvido na escola.

Após, identificados avanços, os alunos deverão sair do projeto, quando se fará a inserção de outros, se houver necessidade. Para tal, será imprescindível o constante monitoramento e diálogo entre professores titulares e aplicadores do Projeto Reforço Escolar.

Quadro 4 – Projeto Reforço Escolar

O quê?	Quem?	Por quê?	Quando?	Como?	Onde?	Quanto?
Avaliação Diagnóstica dos alunos com dificuldades de aprendizagem E reforço Escolar.	Gestora, Apoio Pedagógico, Acadêmicos do PIBID e professores.	Para que os alunos possam ser atendidos de acordo com suas necessidades e dificuldades de aprendizagem.	Durante do ano letivo de 2017.	Aplicação de avaliação diagnóstica para direcionar o aluno ao Reforço Escolar.	Na própria escola	Custo com material didático e material gráfico que forem utilizados na avaliação. (Previsão de custo: R\$ 300,00).

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Esta ação merece uma atenção especial, pois requer envolvimento dos professores, pais, coordenadores pedagógicos, alunos, dessa forma, entendemos que ela precisa ser bem articulada. Além disso, é preciso que todas as ações aqui propostas sejam executadas com responsabilidade e comprometimento de todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Afinal as ações propostas objetivam contribuir para o enfrentamento das fragilidades e dificuldades evidenciadas na pesquisa de campo.

Por fim, a finalidade maior é contribuir com a garantia do direito de uma aprendizagem de qualidade e permanência do aluno durante todo processo educacional oferecido pela educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar as causas da distorção idade-ano numa escola da Rede Estadual do Amazonas. Para isso utilizou-se de alguns teóricos que embasasse o trabalho. As taxas de distorção da Escola Estadual Carmen Miranda se tornou um fator preocupante, assim sendo, questionou-se sobre as possíveis causas do problema para assim, buscar soluções.

Assim, através de uma pesquisa de campo, entrevistas e questionários, aplicados aos docentes, pais e alunos, respectivamente, buscou-se através da percepção os motivos que levam os alunos a reprovação e abandono escolar.

Com base nos resultados coletados, foi possível identificar outros problemas que também contribuía com a distorção, como a gravidez na adolescência, alunos novos oriundos de outras escolas, falta de acompanhamento por parte dos pais, entrada tardia na escola e falta de acompanhamento e monitoramento por parte da equipe pedagógica.

Os sujeitos envolvidos nessa pesquisa tiveram uma participação fundamental nesse processo, pois puderam esclarecer os entraves que dificultam a aprendizagem ou a permanência na escola. As declarações destes sujeitos foram fundamentais, porque, são eles que vivenciam essa realidade e podem contribuir para proposição de melhorias.

Nesse estudo também se verificou que, determinadas situações fazem com que a escola, de modo geral, não perceba de imediato o que está acontecendo, causando assim, um acúmulo de problemas que poderia ser detectado no dia a dia.

Com isso, fez-se uma reflexão do trabalho até então desenvolvido na escola em questão. Nessa reflexão descobriu-se que, muitas vezes, fatos importante passam despercebidos na correria do dia a dia. Às vezes, é preciso estar atento para que possa entender os fatos que vão surgindo, pois só assim vai-se descobrindo algo que está influenciando de forma negativa o desenvolvimento da escola.

Não se quer com essa afirmativa justificar, mas, reconhecer que a gestão escolar precisa estar atenta a tudo que diz respeito a escola e seus segmentos, verificando os problemas que podem não ser só de alunos, e sim de ordem administrativa e de setores da rotina escolar que, muitas vezes, geram transtornos.

Assim tentando fazer um trabalho de mudança, buscou-se através desta pesquisa um diagnóstico das possíveis causas que estavam impactando o aprendizado com o problema da distorção. Com a análise dos dados, também se identificou causas que não demandam apenas dos alunos, como já foi dito, mas que envolve família e outros segmentos da escola. Como se

vê, estes podem ser de diferentes ordens, seja financeira e/ou de caráter familiar que vão impactar diretamente na aprendizagem dos alunos.

Tudo isso serviu para que se percebesse que na escola não se faz um trabalho isolado, mas em conjunto, com parcerias. Precisa ser organizado, planejado, em que todos os atores tenham o mesmo propósito.

Assim sendo, a partir dos problemas apontados na análise da pesquisa foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) com quatro ações voltadas para a minimização do problema da distorção idade-ano que deverá ter a participação ativa dos diferentes segmentos, a saber: Construção do Projeto Político Pedagógico, Capacitação para os apoios pedagógicos, a Implementação do Projeto Aluno Nota Azul e a criação do Projeto Reforço Escolar: uma perspectiva de minimizar as dificuldades de aprendizagem.

Acredita-se que as ações propostas, se bem executadas, trarão bons resultados para a instituição, pois espera-se que a problemática da distorção idade-ano seja superada.

Espera-se ainda que este trabalho possa contribuir para o aperfeiçoamento de projetos que poderão vir a ser implementados na escola posteriormente. Além disso, ressalta-se a importância desse trabalho para a escola, bem como a todos que estão envolvidos no processo educacional, pois, foi relevante no que diz respeito à contribuição no aspecto pessoal da pesquisadora, visto que houve preocupação e bastante estudo, para que fosse pesquisado, analisado e diagnosticado causas que envolviam o tema. Acreditamos que a partir das ações propostas haverá um maior comprometimento por parte da comunidade escolar e o trabalho será priorizado de acordo com as necessidades, além de procurar fortalecer os laços de parcerias com as famílias e outros segmentos, como forma de superar os problemas escolares.

Ao final de toda discussão, conclui-se que, ao mesmo tempo em que a pesquisa expõe e analisa os problemas que levam à distorção, também traz possibilidades de intervir com propostas de melhorias que, se bem implementadas poderão levar à superação dos problemas. E dessa forma será possível fazer uma educação que todos esperam. Uma educação de qualidade e igualitária.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino. **Proposta Curricular do Ensino Fundamental do Programa de Correção de Fluxo Escolar**. Manaus, AM, 2005.

_____. Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino. **Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas**. Manaus, AM, 2014.

_____. Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas – SIGEAM. **Rendimento dos alunos do Projeto Avançar no Período de 2010 a 2015**. Manaus, AM, 2016. Disponível em: <sigeam.prodam.am.gov.br>. Acesso em: 01 Dez. 2016.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANDRADE, R.J.; SOARES, J.F. O efeito da escola básica brasileira. **Estudos em avaliação educacional**. São Paulo, v. 19, n. 41, p. 379-406, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1456/1456.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

BENCINI, R.; MARCIA, P.; PARO, V.; BOTUCATU, V. Como atrair os pais para a Escola. **Revista Nova Escola**. São Paulo, v. 35, n. 166, p. 38-39, out. 2003.

BRANDÃO, Z. Fluxos Escolares e Efeitos Agregados pelas escolas. **Em aberto**. Brasília, v. 17, n° 71, p. 41-48, jan. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Programa Mais Educação. Educação Integral. **Macrocampo direitos humanos em educação**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8212-direitos-humanos-educacao-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Brasília, DF, 2010a.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010b.

_____. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar – 2010**. Brasília, DF, 2010c. Disponível em: <www.educancenso.inep.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF, 2013.

_____. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar – 2013**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <www.educancenso.inep.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar – 2014**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <www.educancenso.inep.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CARVALHO, M. P. Estatística de Desempenho Escolar: o lado avesso. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 22, n. 77, p. 231-252, dezembro 2001.

CUNHA, E. O. **A gestão escolar e sua relação com os resultados do IDEB**: um estudo em duas escolas municipais de Salvador. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9266/1/Eudes%20Oliveira%20Cunha.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

DOURADO, L. F. **Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Brasília, DF, 2005.

FIGUEREIDO, A. M.; SOUZA, S. R. G. de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação Científica à apresentação do texto final.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, T. M. F. B. e SCHMIDT, M. A.M. dos S. Professores e produção do currículo: uma experiência na disciplina de História. **Currículo sem Fronteiras.** Paraná, v.7, n.1, p.160-170, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss1articles/schmidtgarcia.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

GOMES, C. A. Desserialização escolar: alternativa para o sucesso. **Ensaio: avaliação, política pública e educação.** Rio de Janeiro, v.13, n. 46.p. 11-38, jan./mar. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados do Município.** Brasília, DF, 2010.

JUNIOR, E. L.; SUHETT, M. M. C. **A distorção idade/série nos Anos Finais do Ensino Fundamental em escolas da rede pública estadual do estado do Espírito Santo, no município de Alegre.** (Trabalho de Conclusão de Curso) Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre, Licenciatura em Pedagogia, Alegre, 2014. Disponível em: <http://fafia.srvroot.com/site/download/publicacoes/monografia_tcc/TCC_Eufrani_Marlice.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LISBOA, C.; KOLLER, S. H. O microssistema escolar e os processos proximais: exemplos de investigação científica e intervenções práticas. In: KOLLER, S. **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p 337-353.

MARCONDES, K. H. B. ; SIGOLO, S. R. R. L. . Práticas Educativas na Educação Infantil em um Contexto de Transição para o Ensino fundamental de Nove anos: Possíveis Reflexões sobre a Formação de Professores. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, XI e I CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, I, 2011, Aguas de Lindoia. CDROM dos Anais do XI Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores e I Congresso Nacional de Formação de Professores. São Paulo: UNESP, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**.5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MERITT e FUNDAÇÃO LEMANN. **Censo Escolar**. 2016. Portal QEdu [online]. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar>>. Acesso em 15 nov. 2015.

MINAYO, M. C. de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, C. **Distorção idade-série na Educação Básica**. Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação, 2013. Disponível em: <<https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821615/distorcao-idade-serie-na-educacao-basica>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

NUNES, T. G. R.; PONTES, F. A. R.; SILVA, L.I.C; DELL'AGLIO, D.D. Fatores de risco e proteção na escola: Reprovação e expectativas de futuro de jovens paraenses. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 203-210, maio/ago. 2014.

O PAPEL DO PEDAGOGO NA ESCOLA. **Pedagogia ao pé da Letra**, 23 de Fevereiro de 2014. Disponível em:<<http://pedagogiaaopedaletra.com/o-papel-do-pedagogo-na-escola/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PRADO, I. G. de A. **LDB e Programa de Correção de Fluxo Escolar. Em aberto**. Brasília, v. 17, nº 71, p. 49-456, jan. 2000. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1074/976>>. Acesso em: 07 set. 2015.

SARAIVA, A.M.A. Distorção idade-série. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

TAROCCO FILHO, J.; SILVA, E. C.; SESSO FILHO, U. A.; NASCIMENTO, S. P. Análise espacial da distorção idade-série na Bahia de 2006 a 2010. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, IX, 2013, Salvador, BA...Anais do IX Encontro de Economia Baiana, Salvador, BH, p. 67-82, setembro de 2013.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista para os professores

Prezado(a), _____
 sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido e suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,
 Maria do Socorro Braga de Andrade

I FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual a sua formação?
2. Há quanto tempo você atua no magistério?

II- REALIDADE ESCOLAR

4. Quais dificuldades você encontra para o trabalho nas turmas dos anos finais do ensino fundamental?

III RENDIMENTO ESCOLAR

5. De que maneira é realizado o monitoramento do rendimento escolar pela gestão escolar?
6. Qual é a frequência com que se realiza o monitoramento do rendimento escolar?
7. Quais são as principais dificuldades apresentadas pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental em sua escola?
8. Como você planeja, em sua prática pedagógica, atividades para os alunos com dificuldades de aprendizagem?
9. Em sua opinião, o que seria necessário para a obtenção de um melhor rendimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental?

IV DISTORÇÃO IDADE/ANO

10. Como você classifica a quantidade de alunos com distorção escolar nas turmas em que você atua?
11. Em sua opinião, o que ocasiona a distorção idade-ano nos alunos dos anos finais do ensino fundamental?
12. Quais medidas a sua instituição tem tomado para amenizar a distorção idade-ano nos anos finais do ensino fundamental?
13. Como o Projeto Político-Pedagógico da sua escola trata a distorção idade-ano?

V AÇÕES E POLÍTICAS DE CORREÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE/ANO

14. No seu ponto de vista, o que é necessário para a realização de um bom trabalho com os alunos em defasagem idade-ano dos anos finais do ensino fundamental?

15. Que tipo de apoio e recursos a gestão escolar disponibiliza para o desenvolvimento de ação pedagógica, principalmente com os alunos dos anos finais do ensino fundamental em vista de melhores resultados no rendimento escolar?
16. Em relação à política de correção de fluxo escolar, como o sistema de ensino estadual poderia contribuir para diminuir a distorção idade-ano?

VI GESTÃO PEDAGÓGICA DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR

17. Quais são as atividades extraclasse previstas no plano estratégico pedagógico de sua escola?
18. Na sua escola como acontecem às atividades no contra turno que visem motivar os alunos em distorção idade ano?
19. Com qual frequência você utiliza equipamentos de mídia e o laboratório de informática, bem como o suporte pedagógico do Programa Saber Mais, no site do Centro de Mídias, em sua prática pedagógica?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista para os pedagogos / coordenadores pedagógicos

Prezado(a), _____
sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido e suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,
Maria do Socorro Braga de Andrade

I FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual a sua formação?
2. Há quanto tempo você atua nesta função?
3. Descreva a sua experiência no contexto educacional antes da função que atualmente desempenha?

II RENDIMENTO ESCOLAR

4. Que dificuldades você encontra no trabalho pedagógico com as turmas dos anos finais do ensino fundamental em sua escola?
5. Como você analisa o rendimento da escola?
6. De que forma é realizado o monitoramento dos resultados de sua escola?
7. Quais são as principais dificuldades apresentadas pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental em sua escola?
8. Em sua opinião, o que seria necessário para a obtenção de um melhor rendimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental?
9. Quais os fatores que contribuem para a reprovação nos anos finais do ensino fundamental?

III. DISTORÇÃO IDADE/ANO

10. Em sua opinião, o que ocasiona o fracasso dos alunos em distorção idade-ano, principalmente nos anos finais do ensino fundamental?
11. No seu ponto de vista, o que é necessário para a realização de um bom trabalho com os alunos em defasagem idade-ano dos anos finais do ensino fundamental?
12. Que tipo de suporte você dá ou poderia dar aos professores que atuam com os anos finais do ensino fundamental para melhorar o trabalho nas turmas com distorção idade-ano?
13. Existem momentos de discussão e planejamento no ambiente escolar, em relação à realização de atividades que possam favorecer a motivação dos alunos em distorção idade ano no contra turno ou utilizando mecanismos para a solução desse problema?

IV AÇÕES E POLÍTICAS DE CORREÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE/ANO

15. O sistema de ensino tem realizado ações com o objetivo de reduzir a distorção idade ano no Amazonas?

16. De que maneira os conteúdos e as metodologias trabalhadas nos programas de correção de fluxo podem permitir a continuidade da escolaridade dos alunos egressos nas séries posteriores?

17. Algum momento você já realizou uma análise das avaliações realizadas, bem como das recuperações paralelas com o intuito de averiguar se estão compatíveis com o nível das aulas ministradas?

14. Que medidas você, como coordenador pedagógico, tem direcionado no sentido de amenizar a distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental?

V GESTÃO PEDAGÓGICA DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR

19. Na escola existem atividades no contra turno que visem motivar os alunos em distorção idade-ano?

20. Como é utilizado na escola, pela equipe docente, os equipamentos de mídia e laboratório de informática bem como o suporte pedagógico do Programa Saber Mais, no site do Centro de Mídias, em suas práticas educativas?

18. Como você avalia a realização das atividades planejadas no plano estratégico pedagógico de uma escola?

APÊNDICE C - Questionário para os alunos

Prezado(a), _____
 sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este questionário foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido e suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,
 Maria do Socorro Braga de Andrade

1. Qual a sua idade?

12 anos 13 anos 14 anos 15 anos 16 anos 17 Outra _____

2. Qual o seu sexo?

Feminino Masculino

3. Você gosta de estudar?

Sim Não Às Vezes Raramente Outros _____

4. Em que ano/série você se encontra hoje?

6º ano 7º ano 8º ano 9º ano

5. Você já repetiu algum ano antes do que está cursando?

a) sim não

b) Qual ano?

antes do 6º ano 6º ano 7º ano 8º ano 9º ano

6. Qual o motivo de sua repetência?

- mudança familiar
 necessidade de trabalhar para ajudar na renda da família
 faltas contínuas por desinteresse nos estudos
 não gostava de ir a escola
 outros. Quais? _____

7. Você já reprovou em outra escola?

nenhuma escola 1 escola 2 escolas 3 escolas mais de 3 escolas

8. Qual motivo levou você a estudar em outras escolas?

- necessidade de trabalhar para suprir a renda familiar
 mudança familiar
 local de difícil acesso
 Mudança de endereço e domicílio
 Outros

9. Em algum momento pensou em desistir dos estudos?

a) sim não

b) Por quê?

- sentiu dificuldade na aprendizagem
 repetiu a mesma série várias vezes
 precisou trabalhar para complementar a renda familiar
 não gostava da escola
 gostava da escola mais não gostava das aulas

10. Quanto às suas dificuldades no processo de aprendizagem, você tem dificuldade para: (Você pode marcar mais de uma opção)

- Compreender as explicações do professor sobre os conteúdos.
 Ler os textos dos livros e os entregues pelo professor em xérox.
 Compreender os textos dos livros e os entregues pelo professor em xérox.
 Compreender as explicações do professor sobre a execução das atividades.
 Concentrar nas aulas.
 Participar de todas as atividades, interagindo com os colegas.
-

11. Quanto ao seu nível de motivação: (você pode marcar mais de uma opção).

- Falta de interesse pelos conteúdos explicados pelo professor.
 Falta de interesse pelas atividades desenvolvidas dentro de sala.
 Falta de interesse pelas atividades desenvolvidas fora de sala.
-

12. Em quais disciplinas você tem mais dificuldade?

- Português Matemática Geografia História
 Artes Espanhol Ciências Educação Física
-

13. Em quais disciplinas você tem mais facilidade?

- Português Matemática Geografia História
 Artes Espanhol Ciências Educação Física
-

14. Qual o tempo destinado aos estudos fora da escola?

- nenhum 1 hora 2 horas 3 horas 4 horas ou mais
-

15. Por que você estuda?

- Obrigação dos pais Conseguir emprego Entrar na universidade
 Aumentar os laços de amizade Adquirir conhecimento Outro
-

16. Você participa em sua escola de atividades extraclases?

- Sim Não Às vezes

APÊNDICE D - Questionário para os pais

Prezado(a), _____
sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este questionário foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido e suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,
Maria do Socorro Braga de Andrade

1. Qual a sua faixa etária?

- 18 a 25 anos 26 a 35 anos 36 a 45 anos 46 a 55 anos
 mais de 55 anos

2. Qual o seu sexo?

- Feminino Masculino

3. Qual seu grau de instrução?

- Nunca estudei.
 Não completei a 4ª série / 5º ano.
 Completei a 4ª série/5º ano.
 Completei a 8ª série/9º ano.
 Completei o Ensino Médio.
 Completei a faculdade.

4. O seu filho gosta de estudar?

- Sim Não Às Vezes Raramente Outros _____

5. Você percebe quando o seu filho apresenta dificuldade de aprendizagem?

- a) sim não

6. Seu filho já repetiu algum ano?

- Sim Não

7. Caso tenha repetido, o que levou a isso?

- mudança familiar
 necessidade de trabalhar para ajudar na renda da família
 faltas contínuas por desinteresse nos estudos
 não gostava de ir a escola
 outros

8. Em quantas escolas seu filho já estudou antes da escola atual?

- nenhuma escola 1 escola 2 escolas 3 escolas mais de 3 escolas

9. O que levou seu filho a estudar em outras escolas?

- nenhum motivo
 necessidade de trabalhar para suprir a renda familiar
 mudança familiar
 local de difícil acesso
 Mudança de endereço e domicílio

10. Quanto ao processo de aprendizagem de seu filho, você acha que seu filho tem dificuldade para: (Você pode marcar mais de uma opção)

- Compreender as explicações do professor sobre os conteúdos.

